



Anais da Assembleia

Nº 150

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 046/91

DATA: 12 de novembro de 1991

SUMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguaçu, com sede na localidade de Saudade, desmembrando-o do Município de Chopinzinho, com os seguintes limites, divisas e confrontações.

COM O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL:

Começa na foz do Rio do Queixo da Anta no Rio Iguaçu, subindo pelo talvegue do Rio Iguaçu até encontrar a foz do Rio Dória.

COM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO:

Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Dória, subindo pelo Rio Dória até encontrar a linha divisória da gleba 13 Chopinzinho, lote 68, com a colônia Passo do Sol, segue por esta linha seca e reta no sentido geral leste/oeste, alcançando a divisa da Colônia Mirim com os lotes 43, 44 e 48 (inclusive) da gleba 13 Chopinzinho até encontrar a linha da divisa da fazenda Fartura com a Colônia Mirim, deste ponto segue pelo perímetro da Fazenda Fartura (inclusive) até encontrar o travessão geral do imóvel Chopinzinho, divisa entre os Municípios de Chopinzinho e Sulina.

COM O MUNICÍPIO DE SULINA:

Começa no ponto de encontro da linha divisa da Fazenda Fartura com o travessão geral do imóvel Chopinzinho, seguindo por este no sentido geral oeste/leste até a proximidade com a cabeceira do Rio Queixo da Anta e por linha seca e reta, sentido geral sul/norte, divisa da Fazenda Fartura, até encontrar o Rio Queixo da Anta e por este segue abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.11.91

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 047/91

DATA: 13 de novembro de 1991.

SUMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

Começa na foz do arroio do Areião, no Rio Pitanguí, sobe por este até alcançar a sua foz no Rio Tibagi, sobe por este até o lageado da Cotia, pela qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo Sudoeste pelo divisor das águas do Rio Pitanguí e lá põe até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida estação, daí desce o referido afluente até sua foz no Rio Jatuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitanguí, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.11.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Anaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Be-

raldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nil-ton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Severino Félix e Toti Colação (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emília Belinatti, Luiz Antonio Setti, Nilton César, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Rossoni (07). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados, da aprovação da Ata.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência esclarece ainda que temos dois assuntos importantes que serão discutidos na Casa, que é a abertura do Seminário sobre o MERCOSUL, que está sendo presidida pelo Presidente da Casa, Anibal Khury; e também a presença do Secretário da Fazenda do Estado, Doutor Heron Arzua.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Procede a verificação de votação da Ata.

(É procedida a verificação de votação).

Presença de 18 Senhores Parlamentares, está aprovada a Ata.

Há "quorum" para continuidade da Sessão.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 113/91

Curitiba, 06 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que altera a legislação relativa do ICMS, mais especificamente a Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembleia Legislativa, tem por objetivo adaptar e corrigir distorções verificadas em revisão procedida na legislação.

Na adiante transcrita exposição de motivos apresentada pelo Senhor Secretário da Fazenda, estão detalhadamente demonstrados os aspectos da conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

"1. A alteração 1ª combinada com a 10ª e 13ª visa possibilitar a cobrança do ICMS na importação de bens do exterior realizada por pessoa física ou por pessoa jurídica, que na consecução de suas atividades não realizam atos mercantis sujeitos ao ICMS.

Tal previsão consta de autorização constitucional (art. 155, I, "b" e IX, "a") e infraconstitucional tratada no Convênio ICM 66, de 14 de dezembro de 1988 (arts. 2º, I; 21, p. Único, I; e 27, I, "d"), editado nos termos de Lei Complementar com base no § 8º do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Outrossim, o Paraná é hoje dos poucos, se não o único Estado que deixou de implementar a hipótese de incidência ora proposta, acarretando distorções no recolhimento do tributo nas demais Unidades.

Finalmente, refoge à lógica e à equidade cobrar o imposto na importação de mercadoria por estabelecimento comercial para revenda e deixar de cobrar quando o usuário importa diretamente para seu uso, proporcionando tratamento desigual entre contribuintes além de estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino de bens, hipóteses vedadas pelos artigos 150, II e 152 da Constituição Federal.

2. A alteração 2ª trata da inclusão da regra de atualização da base de cálculo do imposto quando a mercadoria é entregue em data diversa do faturamento.

Decorrente de o recolhimento do ICMS nessa hipótese se dar por ocasião da efetiva saída da mercadoria, e o imposto já ter sido cobrado no preço quando do faturamento, restará pois defasado quando do recolhimento.

Ademais, tal sistemática é prevista no Ajuste SINIEF 01/91, firmado entre os Estados e já vigora no Paraná conforme dispõe o art. 10 do Decreto 630, de 30.07.91.

Contudo, por se tratar de regra de base de cálculo, necessário se faz a inserção de tal dispositivo na Lei.

Estará desobrigado de fazer tal atualização o contribuinte que optar em pagar o imposto no momento do faturamento (§ 2º).

3. A alteração 3ª modifica o art. 8º da Lei do ICMS que trata da hipótese de base de cálculo no pagamento do imposto relativo ao diferencial de alíquota na aquisição em operação interestadual de bens de uso, consumo ou para o ativo fixo, conforme autorizado pelo inciso VIII do § 2º do art. 155 da CF/88.

No "caput" do artigo incluiu-se a explicação que o imposto deve também nessa hipótese integrar o preço, como estabelece o art. 17 da referida Lei.

A inclusão do parágrafo único se faz necessária para que na hipótese de o IPI não ter sido adicionado à base de cálculo do ICMS, porque, a princípio, as aquisições não tinham por destino o consumo ou o ativo fixo, o será por ocasião do pagamento do diferencial.

4. A alteração 4ª trata também de regra de base de cálculo do ICMS nas hipóteses de não haver valor da operação, adequando-se a legislação estadual ao disposto no art. 8º do Convênio ICM 66/88.

5. A alteração 5ª inclui a expressão "prestação" nas alíneas "b" e "c" do inciso II do art. 16, necessária pois que o imposto incide também no serviço de transporte e comunicação.

6. A alteração 6ª cuida da base de cálculo para pagamento do imposto em operações de venda ambulante sem destinatário certo, fixando como valor agregado os mesmos percentuais vigentes para as hipóteses de substituição tributária ou 30% na falta destes.

Tal regra é necessária para que se possa cobrar o imposto devido em operação realizada no território paranaense ao valor de venda no varejo.

7. A alteração 7ª modifica o limite do percentual de valor agregado nas hipóteses de cobrança do imposto por substituição tributária, hoje fixado em 150%.

Todavia, há produtos cujo percentual agregado entre a operação do fabricante e a do varejista é superior, como ocorre hoje em relação à água mineral, cuja cobrança na fonte se dá em percentuais de 200% e

300% para algumas embalagens, conforme estabelece o Protocolo ICMS 11, de 21.05.91, regulamentado no Estado pelo Decreto 551, de 02.07.91.

8. Pela alteração 8ª se quer permitir ao contribuinte que exportar mercadorias a antecipação do pagamento do imposto em razão de fechamento do contrato de câmbio antes da ocorrência do fato gerador do tributo.

9. A alteração 9ª visa a adaptação dos critérios da aplicação da alíquota do ICMS nas operações interestaduais e de exportação, aos termos fixados na CF/88 (art. 155, § 2º, VII) e na Resolução 22/89 do Senado Federal.

Tal disposição já vem hoje sendo observada na aplicação da legislação, restando a alteração proposta como adaptação e atualização do texto legal.

10. Sobre a alteração 10ª os comentários estão expostos quando da alteração 1ª.

11. A alteração 11ª introduz na legislação atual o conceito de depósito fechado vigente à época da Lei anterior (art. 12, § 2º da Lei 6364/72).

Tal conceituação é necessária na definição do local da realização da operação para fins da cobrança do imposto.

12. A alteração 12ª acrescenta o importador e o arrematante de mercadoria apreendida dentre os sujeitos passivos por substituição, além de adaptar o rol de produtos sujeitos a essa regra de pagamento, como petróleo, combustíveis, veículos e outros que venham a ser estabelecidos em Protocolos ou Convênios firmados entre os Estados.

13. Sobre a alteração 13ª, os comentários foram expendidos quando da alteração 1ª.

14. A alteração 14ª acrescenta a expressão "prestação" no "caput" do art. 35 e no seu inciso II, necessária para adaptação do texto da legislação, uma vez que imposto incide também no serviço de transporte e comunicação.

15. A alteração 15ª modifica a redação do § 5º do art. 36 de forma que a apuração centralizada do imposto fique restrita à mesma empresa, abrangendo contudo todos os seus estabelecimentos.

Hoje a regra vigente permite a centralização dos estabelecimentos do mesmo titular além do que não obriga que todos os estabelecimentos filiais sejam centraliza-

dos, acarretando dificuldades no controle fiscal e de arrecadação.

16. A alteração 16ª modifica os §§ 3º e 4º do art. 37, acrescentando os pressupostos de idoneidade da documentação e prova inequívoca da efetividade da operação ou prestação para que o contribuinte se aproprie do crédito do imposto pago em operação ou prestação anterior.

Essa alteração também tem por objetivo corrigir a referência contida no § 4º ao artigo 19 quando o correto é artigo 20.

17. A alteração 17ª trata de correção de remissão ao dispositivo da Lei pois onde consta alínea "b" do inciso I do artigo 38 deveria ser alínea "a", além do que, tal artigo só possui o parágrafo único, o que ora se corrige.

18. A alteração 18ª retira a expressão "não" antes da palavra "esteja" para que o dispositivo passe a ter sentido, pois só é vedado o crédito quando a operação ou prestação subsequente não for tributada se este tenha vínculo com estas.

19. A alteração 19ª visa a estabelecer regra para o procedimento de anulação de crédito quando o valor exato não seja conhecido. Tal dispositivo já se encontrava na legislação anterior (art. 38, § 2º, da Lei 6.364/72) e resulta em facilidade para o contribuinte como para a fiscalização.

20. A alteração 20ª diz respeito à dispensa do pagamento diferido ou suspenso quando a saída subsequente das mercadorias seja sem débito e com expressa manutenção do crédito.

Uma vez que a operação de saída não sofrerá o gravame do tributo, não tem lógica o pagamento da parcela anteriormente diferida ou suspensa pois que resultará em crédito acumulado.

No mais, tal proposição já estava expressa na antiga Lei do ICM (art. 38, § 9º, da Lei 6.364/72).

21. A alteração 21ª visa regular os arts. 170 e 171 do Código Tributário Nacional, que permitem outras modalidades de extinção do crédito tributário. Em rigor, a Fazenda já usa essas modalidades de liquidação com assento no dispositivo em vigor da lei tributária, combinada com o Código Tributário e o Código Civil. Mas, se quer atribuir ao Governador do Estado essas modalidades para que não reste qualquer dúvida quanto à transparência do procedimento.

22. A alteração 22ª propõe a ampliação

Curitiba, quarta, em 13.11.91

ção para 60 dias do prazo para pagamento do imposto fixado atualmente em 40 dias.

23. Pela alteração 23ª será permitido ao Poder Executivo dilatar o prazo de pagamento do ICMS para além dos 60 dias, para atender projetos industriais ou preservar o interesse da economia do Estado, visto que hoje várias Unidades têm programas de desenvolvimento industrial apresentando facilidades quanto ao recolhimento do imposto. Todavia, no caso de ser deferido tal dilatação ela obrigatoriamente implicará na correção do imposto.

24. A alteração 24ª tem por objetivo atualizar a Lei 8.933/89 ao que dispõe a Lei 9.662/91 na questão da atualização monetária do imposto não pago na data devida. Por outro lado, o critério de atualização diária será permitido.

25. A alteração 25ª ao dar nova redação ao "caput" do art. 49 permitirá a cobrança dos juros de mora sobre os valores devidamente atualizados. Atualmente estes incidem sobre os valores originais, sem atualização, restando pois defasados.

26. A alteração 26ª visa permitir que as multas propostas em auto de infração sejam reduzidas em 50% quando pagas no prazo da reclamação juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam parceladas. A legislação ora vigente permite só o pagamento da multa e a discussão das demais quantias.

Na verdade o estímulo ao pagamento com redução tem por objetivo a extinção do processo. Por isso a exigência deve ser cumprida ou parcelada integralmente.

27. A alteração 27ª reproduz dispositivo então previsto na Lei 6364/72 (art. 38, § 2º) estabelecendo a possibilidade de a Fazenda impor condições ou estabelecer requisitos na concessão de benefícios fiscais.

28. A alteração 28ª trata de alterações no capítulo das penalidades e visa:

a) aumentar a prevista no inciso III do art. 66 de 60% para 100% em vista que os contribuintes têm mais intensivamente se creditado irregularmente de imposto, muitas vezes até mesmo sem a realização da operação ou prestação ou desamparados de documentação regular.

b) corrigir e acrescentar a expressão "prestação" nas alíneas "c" do inciso IV; "a" e "c" do inciso V; e "b" do inciso VIII.

c) retirar a expressão "inclusive arquivos magnéticos" constante da alínea

"a" do inciso XII, porque se propõe na alteração seguinte a criação de penalidades específicas a tais casos.

29. A alteração 29ª visa a criação de penalidade específica para o contribuinte que não emitir nota fiscal em relação a mercadorias ou serviços beneficiados com suspensão ou deferimento do imposto.

30. A alteração 30ª visa a criação de penalidades específicas aos contribuintes usuários de processamento de dados, nos mesmos termos estabelecidos pela União na Lei 8.218, de 29.08.91.

Justifica-se tal proposição em face do crescente uso do processamento de dados para finalidades fiscais e por consequência, a crescente constatação de irregularidades no uso dos sistemas ou equipamentos ou na emissão e escrituração de documentos.

31. A alteração 31ª ao propor nova redação ao § 4º do art. 66 visa a correção do dispositivo que trata da multa mínima.

A redação hoje em vigor, trazida pela Lei 9596/91, não permite que por ocasião do pagamento resulte multa proposta em auto de infração em valor inferior a 2 UPF (em torno de Cr\$ 20.000), ainda que aplicada a redução tratada no Art. 51.

Ademais, como em relação ao imposto declarado pelo contribuinte não há lavratura de auto de infração para imposição de penalidade, pois que o débito é automaticamente inscrito em dívida ativa, fixa-se doravante como data para cálculo da multa a da incidência desta.

Por outro lado, a nova redação proposta ao § 6º exclui da obrigatoriedade em processo administrativo-fiscal os débitos declarados pelo próprio contribuinte e não pagos.

Tal prática já se observa atualmente, gerando contudo como redigido o dispositivo questões de ordem judicial, motivo que se propõe a correção ora tratada.

32. A alteração 32ª, na nova redação dada ao inciso XXI do parágrafo único do art. 68 cria a pena de revelia, vedando recurso à instância superior, no caso, ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, se o contribuinte não apresentou reclamação junto ao Delegado da Receita.

Já a modificação da alínea "a" do inciso XXIX do mesmo artigo, visa atualizar o valor da alçada para os casos de recurso obrigatório da decisão de 1ª instância favorável ao contribuinte.

Atualmente, a legislação encontra-se defasada pois que ainda trata do recurso de ofício quando a parte dispensada superar a 40 OTN (já extinta).

Ademais, o valor proposto de 30 UPF (em torno de Cr\$ 310.000), está em consonância com competência dos Delegados da Receita quando da restituição de indébitos.

33. A alteração 33ª acrescenta a alínea "c" ao inciso XXXVI do art. 68, permitindo-se ao Secretário da Fazenda autorizar o cancelamento de débito inscrito em dívida ativa quando em assunto semelhante, relativo ao mesmo contribuinte, tenha o Conselho de Contribuintes proferido reiteradas decisões.

Tal dispositivo já era previsto no art. 56, item 39, alínea "d" da Lei 6364/72 (antiga Lei do ICM), e vem em benefício ao contribuinte que por qualquer motivo deixou de ter reconhecido seu direito, mas por outro lado, em função de outras decisões a seu favor, restará inócua a execução.

Já o acréscimo do inciso XXXVIII ao art. 68, visa a regulamentação do encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa para propositura da respectiva Ação Executiva.

Uma vez que o contribuinte já foi notificado do débito, conforme estabelece o inciso XXXV do referido artigo, se faz desnecessária nova intimação.

Por outro lado esse já é o procedimento ora adotado, gerando contudo algumas controvérsias na esfera judicial por aparente conflito com o disposto no § 1º do art. 13 do Decreto-Lei 640, de 12 de junho de 1947.

Assim, regulamentando o assunto, desaparecerá o conflito.

34. A alteração 34ª propõe a modificação do título do Capítulo XIV da Lei em vista que não há lavratura de processo administrativo-fiscal na infração relativa ao débito declarado pelo contribuinte.

A permanecer a redação atual surgirá questionamentos da ordem da necessidade do respectivo PAF ainda que a dívida tenha sido confessada pelo contribuinte.

Outrossim, para agilização da respectiva execução, tais débitos são automaticamente inscritos em dívida ativa, inexistindo assim processo administrativo, aliás, como autorizado no art. 69 da Lei ora tratada.

35. A alteração 35ª tem conexão com o assunto tratado na alteração anterior e visa, dentre outras questões, retirar a expressão "processo administrativo-fiscal" do texto, eis que em função da própria declaração do débito pelo contribuinte, como dito, não há lavratura de auto de infração, sendo o débito automaticamente inscrito em dívida ativa.

Por outro lado o § 3º também se apresenta oportuno pelos motivos já expostos na segunda parte da alteração 33ª.

36. A alteração 36a. visa permitir a suspensão temporária da emissão das Certidões de Dívida Ativa, não superior a 1 ano, até que os débitos de um mesmo contribuinte atinjam o valor correspondente a 30 UPF (em torno de Cr\$ 310.000), de forma a racionalizar os processos de execução judicial e desafogar os cartórios e varas de execuções dos processos de pequeno valor.

Note-se, entretanto, que não se deixará de proceder à execução dos débitos mas tão somente serão racionalizadas as ações respectivas.

37. O art. 3º dispõe sobre a atualização monetária na restituição de recolhimentos indevidos, vez que atualmente a legislação não abriga todas as hipóteses (só ICMS e IPVA), restando pois defasados os valores restituídos.

38. O art. 4º propõe a transformação do inciso III do parágrafo único do art. 10 da Lei 8933/89, acrescentado pela Lei 9715/91, que tratou da exclusão dos acréscimos financeiros da base de cálculo do ICMS, § 2º uma vez que não se trata de condição para exclusão de tais parcelas da incidência do imposto, como induz o comando do parágrafo, mas sim de regra excludente da aplicação da Lei.

Outrossim, a nova redação visa desfazer a interpretação dúbia que permite hoje o dispositivo, deixando claro que tão-somente o valor do acréscimo financeiro que exceder à taxa fixada pela Secretaria da Fazenda é que estará alcançado pelo tributo em questão.

Tal interpretação é a que constou na edição do Decreto 776/91 (art.2º, § 6º), por ocasião da regulamentação da referida lei.

39. O art. 4º do Anteprojeto propõe a revogação do art. 67 da Lei 8933/89 que trata da aplicação da multa por reincidência, dispositivo que não vem se mostrando equânime uma vez que de fácil aplicação ao contribuinte que declara o imposto, mas por qualquer motivo deixa de pagá-lo, e de reduzida aplicação aos casos de exigência mediante auto de infração, pela dificuldade de controle das infrações cujos processos tramitam em unidades da Receita Estadual fora do local do domicílio do contribuinte, em vista que os Autos tramitam pela repartição do local onde seja constatado o ilícito.

Por outro lado, se propõe a revogação do inciso III e do § 4º do art. 28, dispo-

sitivos que dizem respeito à responsabilidade pelo pagamento do imposto em operações realizadas por contribuintes não inscritos.

Atualmente é sempre o comerciante que adquire mercadorias de produtores não inscritos o responsável pelo pagamento do imposto.

A proposta visa restabelecer a responsabilidade originária ao produtor.

Não significa com isso, entretanto, que o produtor deverá pagar o imposto em qualquer operação em vista das figuras do diferimento e da suspensão, aplicadas à grande maioria dos produtos primários."

Certo de que as alterações propostas merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, requerendo como faculta o § 1º do art. 66 da Constituição Estadual o necessário regime de urgência na apreciação da matéria, mesmo porque há dispositivos que necessitam cumprir o requisito da anterioridade da lei, previsto no art. 150 III, , "a" da Constituição Federal.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações à Lei 8933, de 26 de janeiro de 1989:

Alteração 1ª - O inciso I do art. 3º passa a vigor com a seguinte redação:

"I - na entrada no estabelecimento destinatário ou no recebimento pelo importador de mercadorias ou bem, importados do exterior";

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os § 1º e 2º ao art. 7º:

"§ 1º - Nas vendas para entrega futura, o valor constante da nota fiscal emitida para simples faturamento, será atualizado até a data da efetiva saída da mercadoria.

§ 2º - Não se aplica o disposto no parágrafo anterior ao contribuinte que nas operações internas debitar e pagar o imposto em guia especial por ocasião do faturamento."

Alteração 3ª - O art. 8º passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8º - Nas hipóteses dos incisos II e III do art. 3º, a base de cálculo é o valor da operação ou prestação sobre o qual foi cobrado no Estado de origem, e o imposto a recolher, observado que este integra sua própria base, conforme disposto no art. 17, será correspondente à dife-

rença entre as alíquotas interna e interestadual.

Parágrafo Único - Quando a mercadoria entrar no estabelecimento para fins de industrialização ou comercialização, e posteriormente for destinada para consumo ou integrada ao ativo fixo do adquirente, acrescentar-se-á, à base de cálculo, o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI cobrado na operação de que decorreu a entrada".

Alteração 4ª - Dá nova redação ao artigo 11:

"Art. 11 - Na falta do valor a que se refere o inciso III do artigo 7º, ressalvado o disposto no artigo 12, a base de cálculo do imposto é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista, nas vendas a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

IV - nos demais casos, o valor não inferior ao da aquisição mais recente.

§ 1º - Para aplicação dos incisos II e III, adotar-se-á o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente.

§ 2º - Na hipótese de inciso III, caso o estabelecimento remetente não efetue vendas a outros comerciantes ou industriais, a base de cálculo deve ser equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda no varejo, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Nas hipóteses deste artigo, caso o estabelecimento industrial não tenha efetuado operações de venda da mercadoria objetivo da operação, aplica-se a regra contida no inciso II do artigo 12."

Alteração 5ª - Dá nova redação às alíneas "b" e "c" do inciso II do art. 16:

"b - sempre que inoocorrer a exibição ao fisco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação ou da prestação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

c - quando houver fundamentada suspeita de que os documentos fiscais ou contábeis não refletem o valor da operação ou da prestação;"

Alteração 6ª - Dá nova redação ao artigo 18:

"Art. 18 - Na hipótese do pagamento antecipado a que se refere o § 3º do arti-

go 3º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro fixado para os casos de substituição tributária, ou na falta deste, o de 30% (trinta por cento)".

Alteração 7ª - O § 1º do art. 19 passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 1º - Na falta do preço referido neste artigo, a base de cálculo é o valor da operação praticado pelo substituto, incluídos os valores correspondentes a fretes e carretos, seguros, imposto e outros encargos transferíveis ao varejista, acrescidos de margem de lucro de, no máximo, 300% (trezentos por cento)."

Alteração 8ª - Dá nova redação ao art. 22 acrescentando-lhe o parágrafo único:

"Art. 22 - Se o valor da operação ou da prestação estiver expresso em moeda estrangeira, far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo Único - Quando o exportador optar em antecipar o pagamento do imposto para data anterior à da ocorrência do fato gerador, em razão de fechamento antecipado do contrato de câmbio, a conversão em moeda nacional do valor da exportação, para esses efeitos, far-se-á pela taxa cambial vigente na data do efetivo pagamento."

Alteração 9ª - Dá nova redação ao "caput" do art. 24 e aos seus incisos I a III:

"Art. 24 - As alíquotas para as operações e prestações interestaduais e de exportação são:

I - 12% (doze por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;

II - 7% (sete por cento) para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior;

III - 13% (treze por cento) para as operações e prestações de exportação."

Alteração 10ª - O inciso XII do art. 26 passa a vigor com a seguinte redação:

"XII - qualquer pessoa indicada nos incisos anteriores que, na condição de consumidor ou usuário final, adquirir bens ou serviços em operações ou prestações interestaduais e de importação do exterior."

Alteração 11ª - Acrescenta o § 2º ao art. 27, passando o parágrafo único a § 1º:

"2º - Para os efeitos desta lei, depósito fechado do contribuinte é o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias no qual não se realizam vendas."

Alteração 12ª - Dá nova redação ao inciso V do art. 28, e acrescenta-lhe as alíneas "d", "e" e "f":

"V - o comerciante atacadista, o industrial, o importador, o arrematante de mercadoria importada e apreendida, o gerador de energia ou o produtor e o extrator inscritos como contribuintes na forma regulamentar, na qualidade de substitutivo e, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado:

.....

d - petróleo e seus derivados;
e - combustíveis, lubrificantes, gases, energia elétrica e veículos automotores;

f - outros produtos arrolados em Protocolo ou Convênio."

Alteração 13ª - A alínea "d" do inciso I do art. 34 passa a vigor com a seguinte redação:

"d) o do estabelecimento destinatário ou, na falta deste, o do domicílio do adquirente, quando importada do exterior, ainda que se trate de bens destinados a uso, consumo ou ativo fixo".

Alteração 14ª - Dá nova redação ao "caput" do art. 35 e ao seu inciso II:

"Art. 35 - O imposto a recolher será o resultado da diferença a maior entre o devido nas operações com mercadorias ou prestações de serviços e o relativo às operações ou prestações anteriores, apurado por um dos seguintes critérios:

I -

II - por mercadoria ou serviço, à vista de cada operação ou prestação."

Alteração 15ª - O § 5º do art. 36 passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 5º - Em regime especial, a Fazenda Pública poderá autorizar a empresa a efetuar a apuração centralizada do imposto devido em operações ou prestações realizadas por todos os seus estabelecimentos."

Alteração 16ª - Os §§ 3º e 4º do art. 37 passam a vigor com a seguinte redação:

"3º - O direito ao crédito do imposto nas entradas de mercadorias e serviços, é condicionado, em qualquer hipótese, à idoneidade da documentação, à prova inequívoca de efetividade da operação ou da pres-

tação e às exigências de escrituração fiscal previstas na legislação e, quando não for exercido na época própria, só poderão ser utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita, promovida pela fiscalização.

§ 4º - Nas hipóteses do § 3º do art. 3º e do art. 20, far-se-á, conforme o caso, a complementação ou a restituição das quantias pagas com insuficiência ou em excesso."

Alteração 17ª - Dá nova redação ao § 1º do art. 38, que passa a vigor como parágrafo único.

"Parágrafo Único, Para os efeitos do disposto na alínea "a" do inciso I deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto."

Alteração 18ª - Dá nova redação ao inciso V do art. 39:

"V - O valor do imposto referente a serviço que esteja vinculado à operação ou prestação subsequente alcançada pela não incidência ou desoneração, sendo essa circunstância previamente conhecida;"

Alteração 19ª - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 40:

"Parágrafo Único - O crédito a anular, nas hipóteses indicadas nos incisos deste artigo, quando não conhecido o valor exato, será calculado mediante a aplicação da alíquota interna vigente na data do estorno, sobre o preço de aquisição mais recente para cada tipo de mercadoria, observado no caso do inciso II, o percentual da redução."

Alteração 20ª - Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 41:

"Parágrafo Único - Nas hipóteses deste artigo fica também dispensado o pagamento do imposto diferido ou suspenso relativo às operações ou prestações anteriormente abrangidas por diferimento ou suspensão."

Alteração 21ª - Dá nova redação ao art. 46:

"Art. 46 - O crédito tributário extingue-se pelo pagamento.

§ 1º - Os créditos tributários poderão, a juízo do Governador, ser liquidados:

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual;

II - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

§ 2º - A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso.

§ 3º - O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda ou cheque bancário."

Alteração 22ª - O inciso I do § 1º do art. 47 passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 1º -

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 60 (sessenta) dias após o período de apuração do imposto."

Alteração 23ª - Fica acrescentado o § 4º ao art. 47:

"4º - Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades de interesse do Estado, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paranaense, o Poder Executivo poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º, desde que corrigido monetariamente."

Alteração 24ª - Dá nova redação ao art. 48:

"Art. 48 - Na falta de pagamento na data devida, o valor do crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, usar-se-á o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas divulgado no mês anterior ao do pagamento, ou outro que preserve adequadamente o valor real do imposto.

§ 2º - Adotada a atualização diária, é permitida a aplicação "pró-rata" do índice.

§ 3º - Visando a uniformização no cálculo da atualização monetária do crédito tributário a Fazenda poderá optar pelo índice fixado pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º - A Secretaria da Fazenda divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 5º - Quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.

§ 6º - Nos casos de parcelamento, a atualização monetária será calculada até o dia da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir deste, até o efetivo pagamento de cada parcela.

§ 7º - Quando o pagamento da atualização monetária for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do dia em que ocorreu aquele pagamento."

§ 8º - Para determinação do valor do imposto a ser exigido em auto de infração, os valores originais deverão ser atualiza-

dos, nos termos definidos nesta lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto e, desta até a do efetivo pagamento."

Alteração 25ª - Dá nova redação ao "caput" do art. 49:

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração".

Alteração 26ª - Dá nova redação ao parágrafo único do art. 51:

"Parágrafo Único - As demais multas previstas no artigo 66 desta lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, no prazo da reclamação, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento."

Alteração 27ª - Acrescenta o § 3º ao art. 59:

"§ 3º - A norma que regulamentar benefício fiscal, poderá prever a obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios do direito ao benefício ou necessários para o seu acompanhamento e controle, ou ainda estabelecer condições para fruição."

Alteração 28ª - O inciso III e as alíneas "c" do inciso IV; "a" e "c" do inciso V; "b" do inciso VIII e "a" do inciso XII, todos do § 1º do art. 66, passam a vigor com a seguinte redação:

"III - EQUIVALENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO CREDITO:

a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei.

b) transferido em desacordo com a legislação.

IV - ...

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados de documentação fiscal em prestações sem débito do imposto.

V - ...

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a mercadoria ou serviços em operações ou prestações com débito do imposto;

b) ...

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados de documentação fiscal em prestação do débito do imposto.

.....
VIII - ...

h) prestar serviços desacompanhados de documentação fiscal em prestação beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto.

a) ao sujeito passivo que não apresentar ou não mantiver em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos;"

Alteração 29ª - Fica acrescentada a alínea "c" do inciso VIII ao § 1º do art. 66:

"c) deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a operações ou prestações beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto."

Alteração 30ª - Ficam acrescentados os incisos XIV a XVI ao § 1º do art. 66:

"XIV - de 3 (três) UPF/PR, por dia de atraso, até o máximo de 90 (noventa) UPF/PR, ao contribuinte que, devidamente notificado, não apresentar no prazo estabelecido, os arquivos, respectivos registros ou sistemas aplicativos em meios magnéticos;

XV - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;

XVI - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos."

Alteração 31ª - Dá nova redação aos §§ 4º e 6º ao art. 66:

"§ 4º - Sem prejuízo do disposto no art. 51, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 2 (duas) UPF/PR em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 6º - As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo, ressalvada a prevista no inciso I, exigível nos termos do art. 69, serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do art. 68."

Alteração 32ª - O inciso XXI e a alínea "a" do inciso XXIX, do parágrafo único do art. 68, passam a vigor com a seguinte redação:

"XXI - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada à revelia, não cabendo, por conseguinte, recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e

Recursos Fiscais.

XXIX - ...

a) de ofício, da decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 30 (trinta) UPF/PR, do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;"

Alteração 33ª - Fica acrescentada a alínea "c" ao inciso XXXVI e o inciso XXXVIII ao art. 68:

"XXXVI - ...

c) o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais ter proferido decisão final e irreformável, por mais de uma vez, sobre a mesma matéria, à unanimidade, de forma favorável ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, comprovado por certidão do referido órgão.

XXXVIII - o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva Ação executiva de cobrança, far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no inciso XXXV."

Alteração 34ª - O título do Capítulo XIV e da Seção I passa a ser o seguinte:

"CAPÍTULO XIV

DO LANÇAMENTO

SEÇÃO I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL DE INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA"

Alteração 35ª - A Seção II do Capítulo XIV e o art. 69 passam a vigor com a seguinte redação:

"SEÇÃO II"

DO RITO ESPECIAL

"Art. 69 - Quando ocorrer a infração descrita no inciso I do § 1º do art. 66, o imposto, acrescido da penalidade, será inscrito automaticamente em Dívida Ativa, não cabendo em consequência da declaração do próprio contribuinte, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1º - A insuficiência no pagamento do imposto, multa, atualização monetária ou juros de mora, acarretará igualmente a inscrição das diferenças em Dívida Ativa.

§ 2º - Da inscrição em Dívida Ativa, o contribuinte será notificado através de edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 3º - O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva Ação executiva de cobrança, far-

-se-ã independentemente da nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior."

Alteração 36ª - O art. 74 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 74 - Fica o Secretário da Fazenda autorizado a:

I - na forma do inciso III do art. 172, do Código Tributário Nacional, permitir créditos tributários cujo valor atualizado seja inferior ao correspondente à multa mínima prevista nesta lei.

II - suspender a expedição de Certidão de Dívida Ativa, pelo prazo de 1 (um) ano ou até que o valor dos créditos tributários devidos pelo contribuinte atinjam o montante atualizado de 30 (trinta) UPF-PR."

Art. 2º - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os critérios de atualização monetária previstos na Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, quando da restituição de indébitos.

Art. 3º - O inciso III do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, incluído pela Lei 9715, de 23 de setembro de 1991, passa a vigor como § 2º com a seguinte redação, passando o parágrafo único a § 1º:

"§ 2º - A parcela do acréscimo financeiro que exceder ao valor resultante da aplicação da taxa fixada nos termos do inciso II do parágrafo anterior não será excluída da base de cálculo do imposto, sendo tributada normalmente."

Art. 4º - Fica revogado o inciso III e o § 4º do art. 28 e o art. 67 da Lei 8933, de 26 de janeiro de 1989, e demais disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 114/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Na forma do preceito constitucional contido no art. 10 da Carta Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa o anexo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, situado no lugar denominado Costeira, no Município de São José dos Pinhais, de que trata a Matrícula n. 31.081, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais.

O Plano de Lei ora proposto é altamente significativo e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletivi-

dade, eis que o imóvel cuja autorização para doação é pretendida, será utilizado pela União nas obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena, ampliação essa de longa data considerada de extrema necessidade e que começa a tornar-se realidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, situado no lugar denominado Costeira, no Município de São José dos Pinhais, objeto da matrícula n. 31.081, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata essa lei, destinar-se-á, exclusivamente, às obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 115/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

De conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Augusta Casa o incluso anteprojeto de lei dispondo que aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei n. 9.663, de 16 de julho de 1991, fica concedido, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

Dispõe que o valor de tal abono será pago por cargo ocupado, sendo que, para os integrantes do Magistério, será proporcional à carga horária de 20 horas/aula semanais.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa consubstanciando o resultado de estudos conjuntos das Secretarias da Fazenda e da Administração, que tiveram por limite a atual capacidade do erário público em suportar gastos com pessoal, é proposto com vistas a ensejar melhor remuneração ao funcionalismo neste mês de novembro.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e

consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração direta e das autarquias, inclusive das constantes da Lei n. 9.663, de 16 de julho de 1991, exceto os servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que serão tratados em Lei, separadamente, fica concedido, no mês de novembro do corrente ano, um abono provisório de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2º - O valor do abono referido no artigo anterior, será pago por cargo ocupado, sendo que, para os integrantes do Magistério Público Estadual, de 1º, 2º e 3º graus, este valor será proporcional à carga horária de 20 horas/aula semanais.

Art. 3º - O abono estabelecido nesta Lei não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos civis e militares.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 116/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

De acordo com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa o anexo anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de novembro de 1991, reajuste de 20% (vinte por cento).

A medida ora proposta resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Administração, a mim encaminhados pelo Titular daquela Pasta através do Ofício n. 1.571/91-GS, de 06 do corrente mês e visa melhorar a remuneração dos servidores da APPA, conforme, aliás, manifestações formuladas pelo Superintendente daquela Autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedido aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de novembro de 1991, o reajuste de 20% (vinte por cento).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 117/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), com forme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
SECRETARIA DE ESTADO	
DA FAZENDA	
.Banco do Estado do	
Paraná - BANESTADO	
.Integralização de	
Capital Social	4.500.000.000,00

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, da Companhia Agrapecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ e da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda aprovado pela Lei Estadual n. 9.494 de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão das fontes 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros, no valor de Cr\$ 2.920.746.000,00 (dois bilhões, novecentos e vinte milhões, setecentos e quarenta e

seis mil cruzeiros), e fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID no valor de Cr\$ 1.579.254.000,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), para fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, desta lei, ficam al-

terados a programação Orçamentária Global do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, e da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ e o Orçamento de Investimento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, aprovados pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA				
2302	GABINETE DO SECRETARIO ENTIDADES VINCULADAS				
2702	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUARIA - BANESTADO	4252,00	00 L	4.500.000	0505
T O T A L				4.500.000	

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -				
2702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
1036	PROGRAMA PARANÁ-RURAL/BID-CAFE DO PARANÁ	3212.03	05 L	36.033	0505
		4140.00	05 L	798.463	0505
1136	PROGRAMA PARANÁ-RURAL/BID COPASA	4140.00	05 L	1.299.722	0505
		4140.00	17 L	1.369.913	0505
1177	PROGRAMA PARANÁ-RURAL/BID EMATER/PR	3212.03	05 L	257.982	0505
		3212.03	17 L	65.737	0505
		4140.00	05 L	528.546	0505
		4140.00	17 L	143.604	0505
TOTAL				4.500.000	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP

2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ENTIDADES VINCULADAS					
2458	BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A BANESTADO					
2837	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA - BANESTADO	4262.00	00	L	4.500.000	0505

TOTAL					4.500.000.	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANÁ					
1866	ASSISTENCIA TECNICA - PARANÁ-RURAL/BID-EMATER/PR	3120.00	05	L 103.219	0505	
		3120.00	17	L 12.902	0505	
		3132.00	05	L 135.346	0505	
		3132.00	17	L 52.835	0505	
		3231.00	05	L 64	0505	
		3255.00	05	L 12.902	0505	
		3280.00	05	L 6.451	0505	
		4120.00	05	L 528.546	0505	
		4120.00	17	L 143.604	0505	
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFÉ DO PARANÁ					
1862	SERVIÇO DE MOTOMECANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM PARANÁ-RURAL/BID-CAFÉ DO PR.	4120.00	05	L 683.375	0505	
1863	FOMENTO A PRODUÇÃO ANIMAL PARANÁ-RURAL/BID-CAFÉ DO PARANÁ	3120.00	05	L 36.033	0505	
		4120.00	05	L 115.088	0505	

CANCELAMENTO

ANEXO IV

FL. 03

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.º DO PROC COP
2872	COMPANHIA PARANAENSE DE SILOS E ARMAZENS - COPASA					
1860	ARMAZENAGEM - PARANÁ RURAL/BID COPASA					
		4110.00	05	L	1.290.240	0505
		4110.00	17	L	79.673	0505
		4120.00	05	L	9.482	0505
		4120.00	17	L	1.290.240	0505
TOTAL					4.500.000	

MENSAGEM Nº 118/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa agrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR EM CR\$
------------------	---------------

SECRETARIA DE ESTADADO DO TRABALHO
E AÇÃO SOCIAL

Os recursos serão utilizados para transferência a municípios, subvenções sociais a instituições

privadas, outras transferências a pessoas, investimentos em regime de execução especial e auxílio para despesas de capital

314.890.000,00

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento do próprio or-

ção e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 40 - Recursos diretamente arrecadados para a fonte 90 - Diversos, no valor de Cr\$ 19.023.000,00 (dezenove milhões, vinte e três mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao vigente orçamento Próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da própria entidade e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 40 - Recursos diretamente arrecadados para a fonte 90 - Diversos, no valor de Cr\$ 19.023.000,00 (dezenove milhões, vinte e três mil cruzeiros), conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP	
4400	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS					
4487	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR					
2244	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	3259.00	90 L	44.890	0606	
2245	AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DE UNIDADES COMUNITARIAS E MUNICIPAIS	3223.02	90 L	15.000	0606	
		3231.00	90 L	40.000	0606	
		4130.00	90 L	180.000	0606	
		4323.00	90 L	15.000	0606	
		4331.00	90 L	20.000	0606	
TOTAL				314.890		

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP	
4400	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS					
4487	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR					
2244	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	3192.00	40 L	19.023	0606	
		4110.00	90 L	225.792	0606	
		4120.00	90 L	38.054	0606	
2274	ADMINISTRAÇÃO GERAL - FASPAR	4120.00	90 L	32.021	0606	
TOTAL				314.		

MENSAGEM Nº 119/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para, em conformidade com o disposto no art. 53, inciso X, combinado com o art. 66, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, ser apreciado por essa Augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar a atual Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC, de que trata o art. 31, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, em SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SETI, com as finalidades e atribuições definidas conforme especifica.

A proposição ora formulada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração eis que, ampliando o âmbito de competência da atual Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, para que tenha abrangência às áreas do ensino superior e também da ciência e tecnologia, constitui-se ato de indiscutível necessidade e oportunidade, não só porque tais atividades guardam entre si estreita ligação, havendo nelas até uma visível interdependência pela natureza dos campos em que são desenvolvidas, mas, também, pelo fato de que a estrutura de uma só Pasta virá atender um maior espaço da atividade pública, obviamente com bem menores custos e mais eficiência na ação administrativa.

O anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso no sentido de que o Chefe do Poder Executivo, na forma do disposto no art. 87, inciso VI, da Carta Estadual e de acordo com a Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, definirá a estrutura básica da SETI, através do ato de sua respectiva regulamentação. E também prevista a vinculação à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e entidades da administração indireta do Estado, quais sejam, as autarquias de ensino superior, o Instituto de Tecnologia do Paraná TECPAR, a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR e a Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR.

A par de outras definições legais necessárias, o projeto de lei trata da criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, assim como da transferência para a SETI, de outros cargos, já existentes, da mesma forma de provimento e, ainda, dispõe que a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades transferidos por força da medida proposta, será de acordo com a estrutura institucional e programática constante da Lei nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e

consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SFIC, a que se refere o art. 31 da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, fica transformada em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI tendo por finalidade: a promoção e definição de diretrizes e a implantação da política estadual referente às áreas da indústria e do comércio, do ensino superior, do desenvolvimento científico e tecnológico e de informática; o estímulo e o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico; a coordenação do sistema estadual de informações em ciência e tecnologia; a promoção da racionalização e do desempenho do ensino superior em função das necessidades sociais, científicas e tecnológicas; o estímulo à ação que promova a qualificação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia em todos os níveis; a execução, a supervisão e o controle da ação do Governo relativa à educação de 3º grau; o controle e a fiscalização do funcionamento dos estabelecimentos da rede estadual de ensino superior; a promoção econômica e as providências visando à atração, à localização e ao desenvolvimento e à divulgação de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado; o apoio às atividades formais e informais de produção, através de mecanismos cooperativos e de comercialização; o apoio à micro e à pequena empresa; o desenvolvimento de atividades e ações visando à implementação da agroindústria; a promoção e a divulgação de estudos e pesquisas sobre produção; comercialização e competitividade de produtos paranaenses nos mercados interno e externo; as atividades de pesquisa e experimentação tecnológicas e as relativas ao controle da qualidade e a prestação de serviços tecnológicos; o planejamento, a coordenação, a execução e a expedição de normas relativas às atividades de informática na administração pública estadual; a promoção das medidas necessárias ao fomento mineral, através de levantamentos geológicos básicos e temáticos; a pesquisa e a prospecção minerogeológica; outras atividades correlatas.

Parágrafo Único - A definição das unidades do nível departamental integrantes da estrutura básica das unidades do nível departamental integrantes da estrutura bá-

sica da Secretaria do Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI será estabelecida de conformidade com a Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, através de regulamento aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, instituído pela Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986 e regulamentado pelo Decreto nº 9.853, de 29 de dezembro de 1986, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI.

Parágrafo Único - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, no que se refere ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, passa a utilizar-se da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º - O inciso III e Parágrafo Único do art. 4º da Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, passam a ter a seguinte redação:

"III - recursos provenientes de incentivos fiscais, de royalties e de doações."

"Parágrafo Único - Os recursos a que se refere este artigo serão depositados pelo Tesouro do Estado, em conta específica, no Banco do Estado do Paraná S/A."

Art. 4º - Passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia:

I - as entidades autárquicas de ensino superior:

- a) Universidade Estadual de Londrina;
- b) Universidade Estadual de Maringá;
- c) Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- d) Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- e) Universidade Estadual do Centro-Oeste;
- f) Universidade Estadual do Vale do Iguaçu;
- g) Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- h) Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
- i) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;

- j) Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;
- l) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;
- m) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;
- n) Faculdade Estadual de Ciência e Letras de Campo Mourão;
- o) Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí;
- p) Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
- q) Faculdade de Artes do Paraná;

II - o Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

III - a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR;

IV - a Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR.

Art. 5º - O Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia coordenará a representação do Estado no Centro de Comércio Exterior - CEXPAR.

Art. 6º - O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o remanejamento do pessoal e da carga patrimonial da atual Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio para a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia substituirá a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, bem como o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, como interveniente em acordos, convênios e outros instrumentos similares firmados até esta data com as esferas municipais, estaduais e federal e entidades privadas relativas às atividades mencionadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 8º - Fica extinto um cargo de provimento em comissão de Chefe de Escritório da Indústria e do Comércio, símbolo DAS-3, da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 9º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - um cargo de Assistente Técnico do Diretor-Geral, símbolo DAS-5;
- II - um cargo de Assessor; símbolo DAS-5;
- III - 5 (cinco) cargos de Assessor,

símbolo 1-C;

IV - 5 (cinco) cargos de Assistente,
símbolo 5-C;V - 2 (dois) cargos de Assistente,
símbolo 7-C.

Art. 10 - Ficam transferidos para a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - da Casa Civil;

a) um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, símbolo DAS-5;

b) um cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-5;

c) 4 (quatro) cargos de Inspetor de Ensino, símbolo 3-C;

II - da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, um cargo de Secretário Executivo do Conselho de Informática do Paraná, símbolo DAS-5.

Art. 11 - Visando à conveniência administrativa, neste exercício, a execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades, transferidos por força desta Lei, será executada de acordo com a estrutura institucional e programática constante da Lei nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 12 - O Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior - CODINES, instituído pela Lei nº 8.780, de 23 de maio de 1988, terá seus objetivos, sua composição e seu funcionamento definidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 120/91

Curitiba, 11 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 116.010.000,00 (cento e dezesseis milhões e dez mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE

VALOR EM CR\$

SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA

. Os recursos serão utilizados na manutenção e reparos na Biblioteca Pública do Paraná

97.200.000

. na manutenção da Fundação
Rádio e Televisão do Paraná

18.810.000

TOTAL116.010.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Biblioteca Pública do Paraná no valor de C\$ 51.556.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) da Fundação Rádio e Televisão do Paraná no valor de CR\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil cruzeiros), e da Secretaria de Estado da Cultura no valor de CR\$ 51.554.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembleia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 116.010.000,00 (cento e dezesseis milhões, e dez mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Biblioteca Pública do Paraná, no valor de CR\$ 51.556.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), da Fundação Rádio e Televisão do Paraná no valor de CR\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil cruzeiros), e da Secretaria de Estado da Cultura, no valor de CR\$ 51.554.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta Lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Paraná e da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA					
2902	GABINETE DO SECRETARIO . ENTIDADES VINCULADAS					
2063	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ	3211.03	00	L	97.200	0627
2170	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO RADIO E TELEVISÃO DO PARANÁ	3211.03	00	L	18.810	0628
TOTAL					116.010	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA					
2902	GABINETE DO SECRETARIO . ENTIDADES VINCULADAS					
2063	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ	4311.02	00	L	51.556	0629
2170	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO RADIO E TELEVISÃO DO PARANÁ	4311.02	00	L	12.900	0628
2903	DIRETORIA GERAL					
2051	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SEEC	3231.00	00	L	51.554	0629
TOTAL					116.010	

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.01
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA . ENTIDADES VINCULADAS					
3043	FUNDAÇÃO RADIO E TELEVISÃO DO PARANÁ					
2172	IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE RADIO E TELEVI- SÃO DO PARANÁ	3120.00	00	L	7.000	0628
		3131.00	00	L	310	0628
		3132.00	00	L	10.000	0628
		3259.00	00	L	1.500	0628
3070	BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ					
2065	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMÁTICA DA BIBLIOTECA	3120.00	00	L	7.200	0629
		3132.00	00	L	90.000	0629
TOTAL					116.010	

CANCELAMENTO

ANEXO IV

FL.01
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA . ENTIDADES VINCULADAS					
3045	FUNDAÇÃO RADIO E TELEVISÃO DO PARANÁ					
2172	IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE RADIO E TELEVISÃO DO PARANÁ	4120.00	00	L	12.900	0628
3070	BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ					
2065	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA BIBLIOTECA	4120.00	00	L	48.956	0629
		4361.00	00	L	2.700	0629
TOTAL					64.456	

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFICIO

Sob o nº 515/91-GAB., do Senhor Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando RESPOSTA DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES, contidas em Requerimento do Senhor Deputado Mário Bezerra, sobre a ida a Nova Iorque do Senhor Francisco Molinari Gonçalves, Diretor Administrativo do BANESTADO. Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Expediente do Senhor JOÃO MANOEL DELGADO LUCENA, Delegado Regional da Receita de Jacarezinho, encaminhando Resposta de PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitadas pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, sobre "Se houve irregularidades por parte das empresas, na fiscalização da Receita Estadual, no Período de 02 de setembro de 1991 até a presente data". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFICIO Nº 148/91

Senhor Presidente.

Tendo assumido compromisso no interior do Estado para proferir palestras sobre atuação parlamentar nesta Casa de Leis, venho justificar a minha ausência no Plenário da Sessão do dia 14 próximo.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

OFICIO Nº 179/91 OJC/PT

Senhor Presidente.

Quero justificar à Mesa dessa Casa de Leis, a minha ausência na Sessão Ordinária de hoje, (13 de novembro) em função de minha participação da Comissão Parlamentar, que verificará os conflitos ocorridos no Município de Pinhão, na região centro do Estado, aonde pistoleiros contratados vêm aterrorizando as famílias acampadas em uma área na comunidade de Faxinal dos Silvêrios e assentadas em Rio da Areia.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFICIO 180/91

Senhor Presidente.

Solicito justificativa à Mesa dessa Casa de Leis, à minha ausência na Sessão do Dia 11 de novembro p.p., em função de minha participação na Comissão da C.C.J., que esteve em Santo Antonio da Platina para averiguação do caso do projeto sem nome e sem número.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

OFICIO Nº 461/91

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Senhoria para lembrar que, por solicitação desta Casa de Leis, não poderei estar presente aos trabalhos legislativos deste dia 13 de novembro, tendo em vista a necessidade de ausentar-me para seguir os trabalhos da CPI do Município de Pinhão.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo apresentar as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) MARIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 438/91, (item 11), de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que municipaliza o trecho que especifica, da estrada PR 414.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, Dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) ALBINO CORAZZA

REQUERIMENTO Nº 3070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 387/91, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Toledo, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LINDA WALKIRIA FERNANDES LIMA BARANHUK, ocorrido dia 10.11.91, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade faleceu, nesta Capital, a Sra. LINDA WALKIRIA FERNANDES LIMA BARANHUK.

Dona WALKIRIA era esposa do funcionário aposentado deste Poder, ITHOR BARANHUK. Deixa quatro filhos.

O passamento de D. Walkiria veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio; entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva WALKIRIA.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família BARANHUK endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ATA dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal FOLHA DE LONDRINA, pela comemoração, no dia de hoje, dos seus 43 anos de existência, com conseqüente encaminhamento aos Ilustríssimos Senhores -

João Milanez - Diretor-Presidente.

Walter Macarini - Diretor-Superintendente.

Walmor Macarini - Diretor-Superintendente.

Walmir Milanez - Diretor de Redação.

Oswaldo Macedo - Diretor de Expansão.

Rua Piaui, nº 241 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A constatação do desenvolvimento e da pujança de uma sociedade também se faz pela expansão dos meios de comunicação social colocados à disposição da opinião pública. Há 43 anos, no auge de um extraordinário crescimento econômico e so-

cial, assumindo uma liderança regional invejável, com reflexos favoráveis em todo o Estado, Londrina ganhava um novo e importante instrumento para abafizar o seu progresso.

O Paraná, um Estado que ocupa lugar de destaque no contexto das comunicações e nos demais setores da atividade humana, perante a Nação, realiza um trabalho de profundidade no esforço da valorização humana. A presença da FOLHA DE LONDRINA nesse setor de atividade, tem sido nestes 43 anos, de uma importância extrema, pelo senso de responsabilidade com que orienta seu trabalho, baseado na capacidade do seu corpo humano e na qualidade do equipamento que utiliza.

Recordamos também, o início cheio de sacrifícios, deste Jornal que hoje ocupa lugar de destaque nacional.

O pioneirismo deste empreendimento, destaca a figura exponencial de João Milanez, um homem corajoso e capaz que dedicou sua vida na luta pela realização de um grande sonho.

Seu trabalho foi coroado de êxito, porque veio a consolidação.

Sua independência se reflete nas posições que assume.

Paladino de grandes causas, servindo o Paraná por inteiro, sem perder de vista seu mundo de mais imediata influência, e a visão paranista das causas de interesse público que abraça e, preocupado sempre com a fixação do trabalhador rural no campo e a produção simultânea das culturas básicas de subsistência ao homem, a FOLHA DE LONDRINA liderou, a sete anos atrás, a memorável campanha para desencadear um Novo Ciclo do Café, e hoje, torna a assumir a liderança para a implantação de novo Programa de Renovação do Parque Cafeeiro do Paraná, revivendo a ânsia de apostar e acreditar em nossas terras férteis que estão sendo progressivamente destruídas.

Nesse sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo, o trabalho profissional da melhor qualidade, que faz do jornal FOLHA DE LONDRINA um símbolo da Comunicação Social do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de um voto de congratulações pelo 43º aniversário do jornal FOLHA DE LONDRINA, que transcorre nesta data.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) NILTON BARBOSA

Apoio: Dirceu Manfrinato, João Preis, Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Figurando entre os melhores Jornais do País e ocupando, por isso, lugar de grande projeção na mídia impressa do Paraná, a FOLHA DE LONDRINA, há 43 anos, vem servindo com raro brilho a comunidade paranaense. Veículo de informação de grande credibilidade, instrumento de realização dos ensaios mais caros da população e verdadeira síntese da nossa cultura, a FOLHA DE LONDRINA credenciou-se definitivamente à admiração e ao respeito de governantes e governados deste Estado.

Por isso, este voto de congratulação, extensivo aos seus dirigentes, funcionários e leitores em geral.

REQUERIMENTO N° 3060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações à empresária MIYUKI MARGARETE OKUYAMA, pela inauguração da empresa JACQUARD TECIDOS LTDA., realizada em data de ontem. É muito positivo encontrarmos empresários que se empolgam com nosso País, com nossa gente e que ainda acreditam na realização de nosso Povo, como está fazendo da Miyuki M. Okuyama, que inaugura uma nova empresa, gera novos empregos e vai provocar mais impostos! Saudamos o evento e reiteramos nossos cumprimentos!

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3058

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos deste Poder, voto de muito aplauso ao novo diretor regional da ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Dr. Luiz Carlos Baeta Vieira a ser empossado no próximo dia 18 de novembro!

Trata-se de importante segmento de nossa indústria, com relevantes serviços prestados à Nação e cujo evento se reveste de muita importância, no delicado momento da vida brasileira! É auspicioso assistirmos o entusiasmo desta Classe Empresarial, confiante em nossa Sociedade, diante de tantos desafios e de tantos transtornos, em sua maioria, criados pelo próprio Governo!

Que se revista de muito sucesso seu mandato, para o período de 1991/1992. E os cumprimentos são extensivos a toda a sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3059

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de congratulações à Direção do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, pela passagem dos 30 anos de funcionamento deste exemplar estabelecimento médico e de ensino de nosso Estado!

É notório e de conhecimento público o excelente trabalho que o HC - Hospital de Clínicas da nossa Universidade Federal do Paraná presta à nossa Comunidade! Atualmente dirigido pelo Professor OSMAR MARTINS. Estamos fazendo esta manifestação, que traduz toda a alegria e o reconhecimento da população paranaense, que tanto deve ao HC!

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilmo. Sr. MAURÍCIO REQUIÃO - Diretor Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, encarecendo a destinação de recursos para o Município de Sarandi, visando a possibilidade de se proceder reformas e ampliações do número de salas de aula dos estabelecimentos de ensino daquele Município.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi destaca-se pelo extraordinário desenvolvimento verificado nos últimos anos, no entanto, apesar de sua importância, os estabelecimentos de ensino continuam em estado precário, e também, insuficientes para atender a demanda, prejudicando de forma sensível o rendimento dos alunos.

Esse é um problema cuja solução depende da participação do Governo Estadual, tendo em vista ainda, que a Educação figura em nosso programa de Governo, com prioridade.

Espera-se portanto, por parte dessa Pasta, o pronto atendimento do que ora é proposto, a fim de eliminar os problemas existentes naqueles estabelecimentos.

REQUERIMENTO N° 3055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais,

após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de Ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando urgentes providências, no sentido de que se procedam obras de reparos, ampliação e adequação do prédio da Delegacia Pública do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O altíssimo índice de criminalidade verificado em Sarandi é assustador.

O prédio que abriga a Delegacia Pública encontra-se em precárias condições, não apresentando as mínimas condições de segurança, no que diz respeito a permanência dos presos.

O excesso da população carcerária tem originado protestos de todos os setores da Sociedade, visto que, o Poder Judiciário encontra-se na eminência de tomar medidas drásticas para solucionar, em parte, os problemas verificados, o que vem sendo motivo de justa preocupação do povo do Município.

É necessário que se realizem estudos o mais urgente possível, a fim de possibilitar a concretização de tais obras de reformulação do prédio onde estão abrigadas as instalações daquela delegacia, contidas nas metas dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, no que diz respeito à reestruturação do aparato policial no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3056

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Senhores Vereadores: FLORENTINO GONÇALVES DE MORAES, VALDENIR ANTONIO PALMIER e JOSE OTACILIO DOS SANTOS do Município de Santa ISABEL DO IVAÍ, para que recebam e transmitam aos Senhores membros da Comissão de criação do novo Município de SANTA MONICA desmembrado de SANTA ISABEL DO IVAÍ, bem como à toda a população daquele novo e próspero Município, pela maneira democrática como transcorreu o plebiscito realizado no último dia 10.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Plebiscito realizado no último dia 10 para que a população decidisse sobre a emancipação de SANTA MONICA, fundamentou-se essencialmente nas aspirações de há muito pela população daquele próspero Distrito que em face do resultado do Plebiscito, será transformado em Município com a eleição Municipal do próximo ano.

A emancipação política de SANTA MONICA irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os seto-

res da atividade sócio-econômica daquela comunidade.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de SANTA MONICA serão potencializados quando da instalação do novo Município, dando a este condição do poder melhor decidir sobre seu futuro, que ali já se vê estruturado com núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços administrativos de acordo com os interesses da comunidade de SANTA MONICA.

REQUERIMENTO Nº 3053

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando a liberação de duas viaturas equipadas, para o município de Sarandi.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Sarandi - Sr. Hélio Gremes Pereira e à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente - Vereador Carlos Birches Sebriam.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da Interiorização do Governo Estadual, acontecida no município de Mandaguá, no dia 13 de setembro do corrente ano, objetivamos a afirmativa desta Secretaria, que os Municípios de Sarandi seria beneficiado com a liberação de duas viaturas equipadas, para dar reforço no combate a criminalidade, que vem crescendo de modo assustador naquele município.

O presente requerimento justifica-se plenamente, pois visa agilizar a liberação das viaturas, de modo que se possa oferecer maior tranquilidade à Comunidade local.

REQUERIMENTO Nº 3066

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Superintendente do I.P.E., Senhor Doutor Jaime Paciornik, solicitando estudos no sentido da reativação do atendimento médico-hospitalar aos Servidores Públicos, ativos e inativos; em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O atendimento médico-hospitalar em Ponta Grossa está interrompido aos Servidores Públicos do Estado.

O desconto em folha persiste, significando que o segurado paga por esses benefícios, sem atendimento a contento.

Havendo necessidade de buscar auxílio médico-Hospitalar, terá obrigatoriamente que deslocar-se até Curitiba, gerando com isso, inúmeras dificuldades não só ao paciente como a sua família.

Vossa Senhoria determinando a reativação, por certo estará prestando uma grande contribuição social aos Servidores Públicos.

REQUERIMENTO Nº 3063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção da matéria anexa, enviada pela Federação Nacional das APAES, nos Anais desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 13.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI.

OF. CIRCULAR Nº 027/91

Brasília, 30.10.91

Prezados (as) Senhores(as).

Estou encaminhando, em anexo, cópia do pronunciamento que proferi em Sessão da Câmara dos Deputados do dia 23 do corrente, denunciando o posicionamento do Ministro da Educação em relação à educação das pessoas portadoras de deficiências.

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, da qual sou Presidente, está orientando as suas filiadas - 1.000 em todo o Brasil em igual número de municípios - para que enviem telegramas ao Ministério da Educação repudiando a posição do Ministro e, também, para que entrem em contato com os meios de comunicação expondo o fato.

Seria muito importante que vocês também se manifestassem sobre o assunto: divulgando junto à comunidade, escola, Instituição, movimento de jovens, Igreja etc.; encaminhando telegramas ao Ministro da Educação, Presidente da República, Prefeito e Vereadores em repúdio à política adotada pelo Ministério da Educação; utilizando os meios de comunicação para denunciar o abandono a que as pessoas portadoras de deficiências estão entregues. Assim, somaremos esforços para sensibilizar as autoridades e reverter esse quadro.

A disposição para os encaminhamentos que se fizerem necessários, subscrevo-me.

Um grande abraço.

Deputado Flávio Arns
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente. No horário das Lideranças.

PT - (Declina).
PST - (Declina).
PFL - (Declina).

PDT - (Declina).

PRN - (Declina).

PSDB - (Declina).

PMDB. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No dia de hoje nós recebemos em nosso gabinete parlamentar Ofício Circular n. 027/91, de 30 de outubro de 1991, da Federação Nacional das APAES, firmado pelo Presidente dessa entidade, Deputado Flávio Arns.

Eu tomo a liberdade de ler aqui o teor deste ofício para que o mesmo possa constar dos Anais desta Casa e darei como lido para que também possa constar dos anais da Assembléia Legislativa o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Flávio Arns, que além de Deputado Federal é Presidente da Federação Nacional das APAES.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES

OF. CIRCULAR Nº 027/91

Brasília, 30 de outubro de 1991.

Prezados (as) Senhores (as).

Estou encaminhando, em anexo, cópia do pronunciamento que proferi em sessão da Câmara dos Deputados do dia 23 do corrente, denunciando o posicionamento do Ministro da Educação em relação à educação das pessoas portadoras de deficiências.

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, da qual sou Presidente, está orientando as suas filiadas - 1.000 em todo o Brasil em igual número de municípios - para que enviem telegramas ao Ministério da Educação repudiando a posição do Ministro e, também, para que entrem em contato com os meios de comunicação expondo o fato.

Seria muito importante que vocês também se manifestassem sobre o assunto: divulgando junto à comunidade, escola, Instituição, movimento de jovens, Igreja etc.; encaminhando telegramas ao Ministro da Educação, Presidente da República, Prefeito e Vereadores em repúdio à política adotada pelo Ministério da Educação, utilizando os meios de comunicação para denunciar o abandono a que as pessoas portadoras de deficiências estão entregues. Assim, somaremos esforços para sensibilizar as autoridades e reverter esse quadro.

A disposição para os encaminhamentos que se fizerem necessários, subscrevo-me.

Um grande abraço.

(a) Deputado FLAVIO ARNS
Presidente

Apenas para que o plenário tome conhecimento, o Deputado nos relata acerca das posições adotadas pelo Ministro da Educação com referência ao Ensino Especial. E num dos trechos ele diz: "Este Senhor que ocupa temporariamente a cadeira de Minis-

tro da Educação também é dono, como descobrimos na mesma audiência, de uma personalidade retrógrada. Pretende e afirma com todas as letras que vai derrubar uma importante resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, assinada pelo seu Governo. Trata-se da Instrução n. 01/91, de março, a qual estabelece, entre outros pontos positivos, que Estados e Municípios devem aplicar 8% do Orçamento de setor de educação em educação especial, sob pena de bloqueio nos repasses de recursos do Ministério da Educação e órgãos afetos".

Portanto, Senhores Deputados, eu creio que todos receberam em seus gabinetes esta correspondência da lavra do Deputado Flávio Arns que denuncia um posicionamento realmente preocupante do atual Ministro da Educação com referência ao apoio que sempre mereceu e que vinha sendo estimulado ao ensino especial. Se permanecer esse posicionamento do Ministério da Educação, com toda certeza, nós teremos graves prejuízos no trabalho sério, num trabalho dignificante que se desenvolve no Estado do Paraná em favor das pessoas portadoras de alguma deficiência. Nesse sentido, nós estaremos encaminhando à Mesa, um requerimento para que enderecem também, em nome da Assembleia Legislativa, votos contrário a esse posicionamento do Ministério da Educação e no sentido de que a Resolução 01/91 não venha a ser revogada sob pena de prejudicar imensamente este setor que cuida do ensino especial, em todo o Brasil e muito especialmente, no Estado do Paraná.

Quero aqui registrar meus cumprimentos ao Deputado Federal Flávio Arns pela sua conduta sempre firme e reta na defesa das causas dos deficientes do nosso Estado e agora, do Brasil, e manifestar aqui a nossa solidariedade a esse posicionamento de confronto até com o Ministro da Educação que pelas suas posições, realmente se mostra como retrógrado no trato das questões do ensino especial que muito nos preocupa.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no Plenarinho dessa Assembleia, há um Seminário da maior importância com a participação do Ministro responsável pela integração do Mercosul e lá estão os representantes da sociedade paranaense, num debate de extrema importância e me parece, de extrema necessidade que os Deputados tenham tempo, de debater esse tema tão importante para o Brasil que é a integração do Mercosul. Evidentemente que com a representação da Câmara Federal, com a representação do comércio, da indústria e nós Deputados estaduais evidentemente todos com certeza, gostaríamos de

participar desse debate que é, como já disse, da maior importância para o Brasil e particularmente para o Sul do Brasil, onde militamos politicamente, onde vivemos.

Portanto solicito a Vossa Excelência que coloque à consideração do Plenário para que suspenda a sessão de hoje, para que possamos participar deste importante Encontro que se realiza agora na Assembleia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência entende que tão importante é a discussão sobre o Mercosul como é importante também a realização da Sessão Plenária, além do mais, não entende porque o debate sobre o Mercosul está concorrendo com a Sessão Plenária, quando se sabe que não pode haver uma sessão concomitante com a sessão da Assembleia Legislativa.

Já tivemos a verificação de votação por ocasião da Ata e registrou-se a presença de número legal. Evidente que cada Deputado entende do interesse seu com relação a determinada matéria. No entanto, essa Presidência vai deixar à disposição dos Senhores parlamentares, no momento em que entrar em discussão a Ordem do Dia, aí Vossa Excelência poderá pedir a verificação de votação, por enquanto a sessão prossegue normalmente dentro do horário das Lideranças.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a solicitação apenas que faço é para que coloque à consideração dos Senhores Deputados ao Plenário para que decidam se devem participar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu volto a repetir a Vossa Excelência a presença dos Senhores Parlamentares em Plenário é a demonstração de que há interesse para que a sessão prossiga.

No Horário das Lideranças, Horário do PTB, Bancada independente Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem nós abordamos desta Tribuna o problema referente aos porões da repressão.

Pedimos que o Governador do Paraná, assim como fizera em outra oportunidade abrindo os porões e os arquivos do DOPS, que desse continuidade para que o Paraná pudesse tomar conhecimento de toda a ardilosa montagem que existe sobre o problema DOPS no Paraná e os porões da repressão de 64.

Na semana passada, estive nesta Casa, sua Excelência, o Senhor Prefeito de Maringá, falando a respeito da escola cooperativa e na mesma semana, estivemos em Ma-

ringã e pudemos participar de uma discussão entre professores e o grupo de outros elementos dos diferentes segmentos do Magistério paranaense, para uma avaliação do que representa a escola cooperativa do Município de Maringá.

Lá estiveram presentes os Deputados Rosinha, o Deputado José Alves, o Deputado que vos fala, e nós tiramos uma conclusão, inclusive uma conclusão muito feliz, por parte do nobre ex-Reitor da Universidade de Maringá, Professor Fernando Pontes; e ontem, apresentamos inclusive ao Nobre Parlamentar desta Casa também, para uma passagem rápida, o Parlamentar Rafael Greca, que achou importante, inclusive o registro dessa matéria e desta avaliação a respeito da escola cooperativa do Município de Maringá.

E passo a ler esta posição:

A FALSA SEDUÇÃO

Uma análise cuidadosa da privatização das escolas municipais de Maringá, desvendá-lhe, por trás da sedução, a face enganadora.

1. Enganadora, quanto à legalidade e conceituação:

Não está em operação apenas uma outra forma de remuneração de seus trabalhadores. Isso resulta da forma de propriedade.

A escola deixa de ser pública para ser privada - não tem nada de cooperativa.

2. É enganadora porque é envergonhada, quer dizer, é um liberalismo envergonhado e ardiloso porque não assume claramente a privatização ao chamá-la de "cooperativa". Então, por que não vender literalmente as escolas?

Primeiro, porque haveria mais impedimentos legais além dos já apresentados na Constituição Federal contra a usurpação do patrimônio público.

Segundo, porque esta forma de propriedade, ardilosamente, continua obrigando a prefeitura a repassar recursos para as empresas - e alguém sai lucrando com isso, enquanto os impostos sobem desmesuradamente, visto que as necessidades do lucro fácil e subsidiado não terão limites.

3. É enganadora porque esvazia qualquer possibilidade de um projeto pedagógico, dado que sua regulação não será a ética da vida, mas a ética do mercado, onde as relações deixam de ser relações socialmente humanas para serem relações mercantis; onde tudo se equivale a tudo; quer dizer, os educadores coisificam suas relações, como nas relações de mercado. A proposta enfiha a escola aos objetivos do lucro, investindo contra sua liberdade.

4. É enganadora porque contrapõe mani-

queistamente o privado, dito eficiente, contra o público, feito ineficiente.

Sabota, ao invés de dar condições de eficiência ao serviço público.

Neste sentido, contraria a Constituição.

5. É enganadora porque tenta iludir alunos e pais, quanto a maior responsabilidade da escola - empresa, quando, na realidade, os mesmos serão tratados como meros consumidores. Ora, a educação é um direito; não é um produto de supermercado. É enganosa porque esvazia a participação democrática, a participação, nas decisões, da comunidade envolvida; quer dizer, quem não gostar da escola procure outra, como procura outro supermercado, diluindo, assim, seus direitos de cidadania.

6. É enganadora porque é autoritária, na medida em que o projeto tolhe a construção de um programa pedagógico participativo. É enganadora porque desobriga o prefeito a conviver com discordâncias e divergências, ao impor a convivência da submissão. Ora, o projeto pedagógico pressupõe a participação democrática: eleições do diretor(a), discussão da elaboração do orçamento da escola e suas prioridades, avaliação do seu desempenho por critérios qualitativamente pedagógicos e não quantitativamente mercantis. Liberalismo envergonhado não rima com democracia.

7. É enganadora porque não contempla a eficiência da transparência e da seriedade, visto que abre caminho para falcatruas, principalmente ao afastar ou, mesmo, destruir a organização dos professores enquanto categoria, na medida em que o que vai imperar é a concorrência do individualismo.

8. Os professores querem, além de denunciar a ilegalidade do projeto da "escola-cooperativa", apresentar, no campo pedagógico, a necessidade de um projeto de gestão democrática para a escola pública; o qual contemple, entre outros, os seguintes pontos:

- eleição direta para diretores das escolas municipais e estaduais;

- plano de carreira dos professores, que contemple exigências de competência e qualidade, como critérios de desempenho e promoção;

- discussão do orçamento com as APMs;
- avaliação do desempenho da escola;
- definição de linhas pedagógicas;
- plano de desenvolvimento de cada escola e do sistema.

9. A não concordância da prefeitura de Maringá com um projeto de gestão democrática revela, na realidade, que, por trás do seu liberalismo envergonhado, há um indifereçável autoritarismo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria inclusive que a Casa

remettesse à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, ao Conselho Estadual de Educação e ao Ministério da Educação a avaliação que apresentamos, neste momento à esta Casa, para que haja uma posição mais clara, não demagógica com relação a um direito que é do povo, porque paga seus impostos.

Concedo a V.Exa. seu aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Paulo Maia, a sua intervenção é das mais oportunas já feitas no Plenário desta Casa, o Prefeito Ricardo Barros não teve contestação naquele dia, mas nós Deputados temos a obrigação de debater a escola que queremos para as crianças do Paraná, inclusive pelo nosso juramento de respeito à Constituição do Paraná, que consagra a escola pública, livre e gratuita.

Eu sugiro que V.Exa. faça publicar na página de Educação da Associação de Professores este pronunciamento. É muito grave que, de repente se entreguem as escolas públicas a pretexto de cooperativa encilhando-as com a mordida da busca do lucro, entre os os professores.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de V.Exa. e sugeriria que a Casa enviasse esta publicação, através da Casa aos jornais que veiculam matérias da Associação dos Professores do Paraná. Como também sugeriria, V.Exa., que cada Deputado pudesse receber em seu gabinete a avaliação que estamos apresentando neste Plenário, porque é de suma importância para a Educação do Paraná e também como contribuição para a Educação brasileira, como um todo, que atravessa, dentro da escola pública, o maior caos da sua história.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - É só para justificar aos olhos do Plenário e para os apontadores de presença, na Assembleia, a falta da Sra. Deputada Emília Belinati que acompanha uma movimentação de reivindicação de posse de terras, no Município de Pinhão e a comoção da cidade de Londrina com vistas ao último temporal que assolou a cidade aonde o seu marido é Prefeito.

Nós fazemos votos de que Deus alivie a sua mão sobre a cidade do Prefeito Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 148/91, subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 14 do corrente mês, em virtude de compromissos no interior do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 179/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão plenária, tendo em vista sua participação na Comissão Parlamentar ocorrido na Município de Pinhão. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 180/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência no dia 11 próximo passado, em virtude de participação na Comissão da C.C.J., no Município de Santo Antonio da Platina. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 461/91, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão plenária, em virtude de acompanhamento aos trabalhos da C.P.I., no Município de Pinhão. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Resolução nº 019/90, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. Aprovado. (Publ. no DA. nº 50 de 09.05.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Muscoviscidose no Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 105/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, devidamente

apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 487/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 487/91, de autoria do Senhor Governador do Estado, enviado a este Poder através da Mensagem de nº 105/91, propõe a aprovação de um crédito suplementar de quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 500.000.000,00) ao orçamento da Secretaria de Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494/90.

Indica também a origem dos recursos para a abertura do referido crédito.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da matéria, uma vez que não encontramos impedimento constitucional ou legal que a impeça.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 487/91

Acrescente-se o seguinte Artigo onde couber:

Art. - Os recursos de que trata o Art. 1º serão utilizados na aquisição de veículos para a Polícia Militar do Estado do Paraná e serão destinados prioritariamente aos órgãos policiais preteridos na última distribuição realizada.

Sala das Sessões, em 13.11.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Heinz Herwig, Dalton Machuca.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz priorizar os órgãos policiais, principalmente aqueles que até a presente data não foram atendidos em suas exigências mínimas.

Em discussão o Projeto e a Emenda. O Projeto volta para a C.C.J.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 047/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA-Mensagem nº 50/91, autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 85, de 08.07.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 050/91

P A R E C E R:

A presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental nº 64/91, objetiva colher desta Assembleia Legislativa a autorização para alienar a Vilmar Schneider, o

imóvel constituído pelo lote nº 81, da Gleba 07 da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, na forma que especifica.

Analisada a proposta sob a égide constitucional, legal e regimental, notamos a preocupação da iniciativa de atender o disposto no inciso XXXI, do artigo 54, da Constituição do Estado, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela apreciação da matéria pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 050/91

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/91

P A R E C E R:

Analisada a matéria nesta Comissão não foi encontrado empecilho que possa interromper o decurso normal do processo.

Assim, esta Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação expende seu parecer favorável pela apreciação do douto Plenário deste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

ELIO RUSCH

Relator

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar o voto contrário do Partido dos Trabalhadores a esse Projeto de Resolução nº 048/91, ante a inexistência de qualquer justificativa para a alienação destes imóveis.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a justificativa que o Deputado Ernani Pudell pede, e ele esperaria até que, o líder do Governo desse, mas como conheço a região do Município de Pitanga, a de Boaventura, o que ocorreu ali foi o seguinte: na verdade houve a boa fé de pessoas que compraram o imóvel há muito tempo atrás, fizeram a escritura, registraram no Cartório de Imóveis dessas áreas e o Estado hoje, através do ITCF diz ser de sua propriedade. E o que o ITCF está fazendo hoje, é reconhecer a posse e utilização dessa área pelos proprietários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registros os votos em contrário da bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 048/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - Mensagem nº 51/91, autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 08.07.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 051/91

PARECER:

A Proposição em exame, oriunda da Mensagem Governamental nº 65/91, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a autorização para alienar a Jacinto Benedito Barroso, o lote nº 07, do imóvel São João da Colina, Município de Pitanga, na forma que especifica.

Procedida a análise da proposta em tela, sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais, notamos a preocupação da iniciativa em atender os preceitos contidos no inciso XXXI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, opinando pela apreciação da Proposição pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/91

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, visa autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel ao Senhor Jacinto Benedito Barroso, no Município de Pitanga, conforme especifica.

A matéria analisada sob o seu aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável.

Esta Comissão, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, conclui, através de seu Relator, que na presente proposição nada existe que impeça a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à

aprovação do Projeto de Resolução em tela. É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 061/91, de autoria do Deputado ADEMAR TRAIANO, fica sustada a concorrência pública convocada pelo edital de concorrência pública nº 002/91, do Banco do Estado do Paraná, no que diz respeito à alienação de lotes rurais, até posterior deliberação sobre os destinos a serem dados aos mesmos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ademar Traiano, chega a esta Comissão o Projeto de Resolução em epígrafe, que tem por finalidade requerer a sustação da concorrência pública convocada pelo Edital de Concorrência Pública nº 002/91, do Banco do Estado do Paraná S.A., no que diz respeito à alienação de lotes rurais, até posterior deliberação sobre os destinos a serem dados aos mesmos.

Procedendo a análise da proposição quanto aos seus aspectos constitucional, legal e regimental, parece-nos que o referido projeto atende-os integralmente.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação, encaminhando-o para que seja submetido a apreciação do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Resolução 61/91, sofre de diversas falhas, que podem ser descritas como sendo as seguintes: inicialmente, discorre sobre a competência de iniciativa, fundando-a no inciso XXVIII, do Art. 54, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Art. 54 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta";

Deve-se esclarecer que a redação de tal dispositivo não autoriza a interpretação que o autor dá-lhe, uma vez que a fiscalização dos atos do Poder Executivo somente pode ser procedida através dos instrumentos que o Poder Legislativo tem ao seu dispor, e que devem ser inferidos da própria Constituição e do Regimento Interno. Torna-se evidente que tais instrumentos referem-se aos requerimentos de pedidos de informação, com o que se estará inteirando dos atos da Administração Pública. Referem-se, também, aos Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo, dentro da esfera de competência deste Poder. Porém, há que se considerar que dentro desta competência não se inclui o julgamento prévio dos atos referidos, e muito menos a sustação de atos do Poder Executivo ou da administração indireta, que não tenham a natureza de atos normativos "latu sensu". Não se pode confundir a competência de sustar atos do Executivo, que exorbitem do poder de regulamentar, com a suspensão de atos próprios da administração, sob pena de estarmos invadindo função e competência alheias. Além do mais, o Banco do Estado recebeu os referidos imóveis, situados no Estado do Mato Grosso do Sul, como dação em pagamento, o que vem a significar que tais imóveis fazem parte do ativo do Banco, e não de seu patrimônio. Para que a instituição não saia em prejuízo, deve realizar seu ativo, alienando tais imóveis. Trata-se de operação meramente financeira, de cunho administrativo interno, sobre a qual não tem esta Assembleia, possibilidade de exercer influência direta.

Além do mais, informo a este Plenário, desnecessário ser em sua plenitude, o projeto da lavra do Deputado Ademar Traiano, em virtude de ter sido, esta concorrência, declarada como concorrência deserta, dado que nenhum interessado compareceu para a aquisição dos imóveis que estavam sendo colocados a leilão pelo BANESTADO, quais sejam, propriedades, imóveis rurais, no Mato Grosso do Sul, que foram recebidos pelo Banco como dação em pagamento de dívidas para com o Banco do Estado do Paraná.

Por esta razão e tendo em vista a concorrência ter sido considerada deserta, solicitamos e reivindicamos aos Senhores Parlamentares, que votemos contra o Projeto de Resolução 61/91, por considerá-lo inócuo no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A iniciativa deste Deputado foi na verdade, amparado pela Constituição, defender os interesses do Estado. Gostaria de conclamar a liderança do partido do Governo para que aprovássemos este requerimento em primeira votação no dia de hoje e, posteriormente a isto, este Parlamentar entraria com um requerimento na Mesa pedindo a retirada por algumas sessões para avaliarmos junto com a liderança do Governo este Projeto de Resolução que julgó ser de interesse para todos os paranaenses.

Conclamo ao Líder do Governo para que, em primeira discussão aprovássemos o requerimento e já na segunda-feira entrarei com um requerimento para avaliarmos com mais critério este projeto de resolução, que julgo ser de interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 379/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal das Serventias de Justiça do Estado do Paraná, composto de cargos de provimento efetivo, é estruturado na forma dos Anexos que integram esta Lei.

Art. 2º - As denominações, classificação, códigos, valores dos vencimentos e valores base de proventos de aposentadoria dos cargos, são os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Parágrafo Único - O número de cargos é o estabelecido pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º - O Quadro de Pessoal, de acordo com o regime jurídico legal dos seus ocupantes, é dividido em dois (2)

grupos:

I - Grupo A - Serventias de Justiça estatizadas, composto de Titulares e Auxiliares de Ofícios de Justiça do Foro Judicial, remunerados pelos cofres públicos - Anexo I, Tabela Única.

II - Grupo B - Serventias de Justiça privatizadas por delegação do Poder Público, composto de Titulares de Ofícios de Justiça do Foro Extrajudicial, Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados das Serventias de Justiça dos Foros Extrajudicial e Judicial, não remunerados, na atividade, pelos cofres públicos - Anexo II, Tabelas I e II.

Parágrafo Único - Aos atuais ocupantes dos cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado, cuja extinção é prevista em Lei, à medida que vagarem, são resguardados os direitos e garantias previstos na legislação vigente.

Art. 4º - As formas e condições de preenchimento dos cargos previstos pelos Anexos desta Lei, são reguladas pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 5º - Os níveis e valores de vencimentos e de proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram o Grupo A e os de proventos de aposentadoria daqueles que integram o Grupo B, são os estabelecidos pelas Tabelas dos Anexos I, II e III desta Lei, para cada classe, dentro das respectivas entrâncias a que pertencem.

Parágrafo Único - Os futuros reajustes dos valores dos níveis de vencimentos e de proventos a que se referem este artigo, não poderão ser menores dos que forem atribuídos aos demais servidores públicos do Estado, por ocasião dos aumentos gerais concedidos aos mesmos.

Art. 6º - O regime de aposentadoria de ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo A, previsto nesta Lei, é regulado pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei nº 6.147/70).

Parágrafo Único - Os atuais titulares dos cargos a que se refere este artigo, cujas serventias de Justiça ainda não estejam estatizadas de acordo com o que estabelece a Constituição Federal (Artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), continuam remuneradas através de Custas e subordinados ao regime de aposentadoria previsto no artigo 7º desta Lei.

Art. 7º - A aposentadoria dos ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo B, previsto nesta Lei, é regulada pela Lei nº 4.975, de 02 de dezembro de 1964, com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único - Aos valores base dos proventos dos Serventuários da Justiça referidos neste Artigo, por ocasião da aposentadoria, serão acrescidas às mesmas vantagens asseguradas por Lei aos titulares de Ofícios de Justiça remunerados pelos cofres públicos, na forma estabelecida pela Legislação vigente na época da aposentadoria.

Art. 8º - Os regimes de pensão dos Serventuários da Justiça pertencentes às classes que integram os grupos A e B de que trata esta Lei, são os previstos, para cada uma delas, nas legislações respectivas.

Art. 9º - Para efeito de pagamento das pensões de acordo com os novos valores previstos nas Tabelas dos Anexos desta Lei, fica estabelecido um período de carência de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação.

Parágrafo Único - O período de carência de que trata este artigo não se aplica à contribuição previdenciária prevista em Lei.

Art. 10 - Fica assegurado aos ocupantes de cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado que se encontrem lotados em serventias de Justiça do Grupo A, cujo Titular venha a optar por remuneração pelos cofres públicos de acordo com o que vier a ser estabelecido em Lei, o direito à remuneração correspondente ao valor fixado para os proventos de aposentadoria previstos pela Tabela II, Anexo II desta Lei, para os respectivos cargos.

Parágrafo Único - A aposentadoria dos Serventuários a que se refere este artigo obedecerá o estabelecido pelo artigo 7º e seu parágrafo, desta Lei.

Art. 11 - Aos Escrivães do Crime e de Menores, poderá ser aplicado o regime de prestação de serviço em tempo integral e dedicação exclusiva, ou atribuída gratificação percentual pela prestação de serviço extraordinário, e a de risco de vida, na forma e condições estabelecidas em Lei.

Art. 12 - Os Serventuários da Justiça já aposentados e pensionistas terão os seus proventos e pensões reajustadas na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único - A Administração por seus órgãos competentes implantará de Ofício os reajustes a que se refere este Artigo.

Art. 13 - As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ANEXO I
TABELA ÚNICA - GRUPO A**

PJ - SJ - PODER JUDICIÁRIO - SERVENTIA DE JUSTIÇA

CÓDIGO	CARGO	ENTRÂNCIA	CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
PJ-SJ-01	Escrivão do Cível (inclusive Vara Especializada)	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-01	Escrivão do Cível	INTERMED.	B	SJ-II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-01	Escrivão do Cível	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	INICIAL	C	SJ-III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-03	Escrivão do Crime (inclusive de Varas Especializadas) e Escrivão de Menores	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-11
PJ-SJ-03	Escrivão do Crime e Escrivão de Menores	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-12
PJ-SJ-03	Escrivão do Crime e Escrivão de Menores	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-13

(*) Aos Titulares desses cargos poderão ser atribuídas as gratificações a que se refere o artigo 11 do anteprojeto.

**ANEXO II
GRUPO B - TABELA I**

PJ - SJ - PODER JUDICIÁRIO - SERVENTIA DE JUSTIÇA

CÓDIGO	CARGO	ENTRÂNCIA	CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-05	Tabelião de Notas	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-05	Tabelião de Notas	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-05	Tabelião de Notas	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít. e Dctos. P.J.	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít. e Dctos. P.J.	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít. e Dctos. P.J.	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ. Nasc. Cas. Ob.	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-1
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ. Nasc. Cas. Ob.	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-2
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ. Nasc. Cas. Ob.	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-3
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-4
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-5
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-6

ANEXO II
GRUPO B - TABELA II

PJ - SJ - PODER JUDICIÁRIO - SERVENTIA DE JUSTIÇA

CÓDIGO	CARGO	ENTRÂNCIA	CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-4
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-5
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-6
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-6
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-7
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-8
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado - (sede de Comarca)	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-6
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado - (sede de Comarca)	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-7
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado - (sede de Comarca)	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-8
PJ-SJ-13	Escrev. Juramentado (Cartório Distrital)	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ-8
PJ-SJ-13	Escrev. Juramentado (Cartório Distrital)	INTERMED.	B	SJ - II	PJ-SJ-9
PJ-SJ-13	Escrev. Juramentado (Cartório Distrital)	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ-10

OBS.: Cargos com extinção prevista à medida que vagarem.

ANEXO III
TABELA ÚNICA

NÍVEL	VALOR
PJ - SJ - 1	324.215,00
PJ - SJ - 2	304.760,90
PJ - SJ - 3	285.309,94
PJ - SJ - 4	265.855,75
PJ - SJ - 5	246.405,81
PJ - SJ - 6	238.153,33
PJ - SJ - 7	221.617,99
PJ - SJ - 8	161.175,18
PJ - SJ - 9	146.062,20
PJ - SJ - 10	130.956,20
PJ - SJ - 11	99.758,47
PJ - SJ - 12	93.772,51
PJ - SJ - 13	87.787,46

OBS.: Valores para o mês de maio de 1991.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 379/91

P A R E C E R:

Por intermédio do Projeto de lei nº 379/91, é proposta a esta Casa a criação do quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Verificando a Legislação que trata a matéria, constata-se que a Constituição Federal em seu Art. 99, e a Constituição Estadual no Art. 98, preceituam que "Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira"; e mais, em seu Art. 101, a Carta Magna Estadual estipula que "Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor a Assembléia Legislativa,

observado o disposto no Art. 169 da Constituição Federal: c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de magistrados, dos juizes de paz, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados".

Assim sendo, não encontramos motivos que impeçam a normal tramitação da Proposição por este Legislativo, seguida de sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS**PROJETO DE LEI Nº 379/91**

Autor: Poder Judiciário

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Judiciário, visa criar o quadro próprio dos serventuários da Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências.

Analisado quanto a sua constitucionalidade, a douta Comissão de Constituição e Justiça desta Augusta Casa de Leis, opinou pela sua legalidade e legitimidade, visto ser de competência daquele Poder em propor tal Projeto.

Quanto a manifestação da Comissão de Finanças, diante das despesas públicas decorrentes da referida proposta, entendemos que está assegurada no Art. 13 da presente proposta que estas ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário, portanto previstas dentro do Orçamento do Estado.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.91

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
NELSON GARCIA
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/91, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Toledo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 108, de 03.09.91).

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J., AO
PROJETO DE LEI Nº 387/91

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Toledo, Estado do Paraná, os imóveis urbanos nºs 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra nº 40, do Distrito de Novo Sarandi daquele Município e Comarca, totalizando 4.200 m², sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: os lotes Urbanos nºs 4, 5, 6, 11 e 12 da quadra 40, com área total de 4.200 m², sem benfeitorias, limita-se ao NORTE: Rua Fortaleza; SUL: com a Avenida Rio de Janeiro; LESTE: com a Rua São Paulo; OESTE: lotes Urbanos nºs 3, 7 e 10 da mesma quadra 40. Os referidos imóveis estão devidamente registrados no 1º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo, no Livro 3-L de Transcrições e Transmissões às fls. 214, sob nº 18699, em data de 24 de outubro de 1969, e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelião Walmir Grande, em Novo Sarandi, em data de 22 de outubro de 1969.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o art. 1º, serão destinados a Projetos Administrativos e para o cumprimento de função social relevante, no município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator

Apoiamentos: Luiz Carlos Martins, Rossoni, Durval Amaral, Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Mário Bezerra, Plauto Miron Guimaraes, Ovídio Constantino, Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Conforme os documentos anexos, os imóveis, do Município de Toledo, doados pela municipalidade ao Estado do Paraná, conforme Lei Municipal nº 509/69, de 05 de setembro de 1969, não foram utilizados para seus fins específicos.

Assim, passados mais de 20 anos, ante a inércia do próprio Estado do Paraná, aquelas áreas estão ociosas, descumprindo, portanto, sua função social.

Por outro lado, em face da inexistência de cláusula de reversão, de modo expresso, no Título de doação, impõe-se este Substitutivo Geral, para sob color de fungibilidade e economia na sua tramitação, eis os objetivos são os mesmos, apresentamos, agora, a forma de Plano de Lei de doação.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 387/91

P A R E C E R:

O Projeto de lei nº 387/91, que recebe uma Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Toledo os imóveis urbanos nº 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra 40, do Distrito de Novo Sarandi, pertencente àquele Município.

Trata-se de uma mera retrocessão de doação feita há mais de 20 anos e cujos objetivos não foram concretizados.

Por conseguinte, somos favoráveis a que se devolva àquele Município os imóveis que eram seus, nos termos da Emenda Substitutiva Geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente
JOSE ALVES
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 387/91. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei nº 387/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, denomina de João Francisco Siqueira a PR-281, que liga o Município de Antônio Olinto à BR-476. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116 de 17.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 414/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Carlos Simões, tem por objetivo denominar de João Francisco Siqueira, a Rodovia PR-281, que liga o Município de Antonio Olinto à BR-476.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando o projeto em perfeitas condições

de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 414/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Deputado Carlos Simões, objetiva denominar de João Francisco Siqueira, a Rodovia PR-281, que liga o Município de Antonio Olinto à BR-476.

Pelos motivos alinhados na justificativa, o Parecer é pelo acolhimento da Proposição.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 80/91, estabelece a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.T.I.C. e C.A.I.C., por unanimidade. Aprovado, (Publ. no D.A. nº 125 de 01.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 437/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 80/91, o presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional na Constituição do Estado do Paraná a medida está disciplinada nos Artigos 154, inciso III e 159, inciso II, como segue:

"Art.154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos..., cabendo ao Estado:

I - ...

II - ...

III - a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

Art. 159 - O estado, adotando as medidas cabíveis:

I - ...

II - inspecionar, classificar e estabelecer padrões de qualidade e sanidade, para comercialização de produtos agropecuários e subprodutos de origem animal e vegetal."

Fundamentado nos dispositivos constitucionais, opinamos pelo parecer favorável ao presente, com a consequente aprovação.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 437/91

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/91, tem por finalidade estabelecer a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 437/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/91, tem por finalidade estabelecer a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

SEVERINO FELIX

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 438/91

P A R E C E R:

PROJETO DE LEI Nº 437/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 80/91, tem por finalidade estabelecer a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas no Estado do Paraná.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

JOÃO PREIS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, municipaliza o trecho de 19 Km da Estrada PR-414 entre a BR-277 e a Praia de Leste no Município de Paranaguá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 125, de 01.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 438/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que trata da municipalização do trecho de 19 Km da Estrada PR-412, entre a BR-277 e a Praia de Leste, no Município de Paranaguá.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, não encontramos qualquer óbice legal e constitucional que possa obstar sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

Autoria: Deputado Lourenço Fregonese

Súmula: Municipaliza o trecho de 19 Km da Rodovia PR-412, entre a BR-277 e a Praia de Leste, no Município de Paranaguá.

O teor do Projeto de Lei 438/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, visa municipalizar o trecho de 19 (dezenove) quilômetros da Rodovia PR-412, entre a BR-277 e a Praia de Leste, no Município de Paranaguá.

Tendo em vista os altos interesses do Município de Paranaguá, que deseja urbanizar aquele trecho de estrada, atendendo aos reclamos das populações daquela região, nada impede, sob a ótica desta Comissão, de que o referido projeto seja apreciado e aprovado pela Assembléia Legislativa.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSÉ ALVES

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 438/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 438/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem Nº 96/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 132 de 14.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 467/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 96/91, visa o presente Projeto de Lei obter autorização para cessão, em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura de Marilena, o imóvel anteriormente utilizado pela Agência de Rendas daquela Municipalidade, desativada por força da Resolução nº 258/88-SEFA.

Sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais o Projeto de Lei em análise não merece qualquer reparo, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 467/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 467/91, oriundo da Mensagem n° 96/91, do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade ceder, em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes urbanos de n° 13 e 14, da quadra 44, da Planta Oficial daquele Município, com área de 1.200m², contendo uma construção em madeira, que sediava a Agência de Rendas de Marilena, desativada através da resolução n° 258/88-SEFA.

O Município de Marilena utilizará esse imóvel para abrigar órgãos públicos do município, ficando a cessionária responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, sem ônus para o Estado.

A cessão tem prazo certo, até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Pelas características da referida cessão, dentro dos aspectos legais analisados pela Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não encontrou óbices para rejeição deste Projeto de Lei.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSE ALVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 469/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem n° 093/91, autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba-ASSOMA, os lotes de terreno que especifica, situados no Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 132, de 14.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 469/91

P A R E C E R:

Protocolo n° 9938/91 - Mensagem n° 93/91
Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do Estado à ASSOMA de Curi-

ba.

Autor: Poder Executivo-Regime de Urgência.

Pede o Senhor Governador do Estado autorização legal para doar à Associação dos Meninos de Curitiba ASSOMA, imóveis de propriedade do Estado, devidamente especificados na Mensagem, e destinados à edificação e manutenção de residências do Projeto ASSOMA/Famílias Carentes. O Projeto de Lei, em seu artigo 3°, impõe a gravação de cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, retornando a posse ao Estado, sem ressarcimento, caso se destine a outros fins que não previstos na Lei ora em análise. Inclusive, veda-se a cessão para terceiros, a qualquer título.

A mensagem encontra-se ao amparo das normas constitucionais e legais vigentes; opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 469/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 93/91, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, os lotes de terreno que especifica, situados no Município de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu seu parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, que lhe confere manifestar-se sobre a dita matéria, conclui através de seu Relator, que no presente Projeto de Lei nada existe que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 3065, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3064, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante

do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3056, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3055, 3054, 3053, 3052, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3057, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, com apoio dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, João Preis, Geraldo Cartário e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3060, 3059, 3058, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3063, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3066, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3051, 3050, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Puddell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constantes do expediente de sessão anterior. Encaminhe-se na forma do requerimento em nome da Bancada do PT.

Esta Presidência recebe os dois Requerimentos e vai encaminhar como Ofício dirigidado pela própria Bancada do PT.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 026/91;

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 047 e 048/91;
e dos Projetos de Lei nºs 267, 379, 414, 437, 467, e 469/91;

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 071/91;
e dos Projetos de Lei nºs 051, 181, 232, 237, 246, 400, 457 e 490/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA

13 DE NOVEMBRO DE 1991.

CAMARA DOS DEPUTADOS

A FACE DISCRIMINATORIA E AUTORITARIA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Flávio Arns
PSDB/PR
23.10.91

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Ocupamos hoje esta tribuna para denunciar a discriminação e autoritarismo de um ministro do Governo Collor de Mello. E fazemos esta denúncia não somente como Deputado Federal comprometido com 25 mil eleitores do Paraná, mas também como presidente da Federação Nacional das APAEs, representante de 15 milhões de brasileiros deficientes. Denunciamos uma situação extremamente irregular, e com a qual não podemos ser coniventes.

Acreditem, caros Deputados, fazemos esta denúncia de certa forma desapontados, porque ao nos elegermos para este primeiro mandato legislativo, depois de um espontâneo e exemplar engajamento do movimento apaeano no Paraná em busca de uma voz forte em prol dos excepcionais, tínhamos em mente desenvolver um trabalho de parceria, de boas relações com todos os órgãos e pessoas diretamente envolvidos com a realização dos direitos dos deficientes. Jamais imaginávamos, apesar de reconhecermos deficiências em algumas pessoas que se acham normais e estão em posto de comando, que nos defrontaríamos com tal situação, ainda mais realacionada com alguém em posição de destaque.

O alvo da nossa denúncia é o atual Ministro da Educação, José Goldenberg, por quem tínhamos até há pouco tempo a maior consideração, dada a sua imagem de cientista de respeito e de batalhador pelas causas sociais. Esta imagem começou a esmaecer no dia 27 de agosto passado, quando lemos no jornal o Estado de São Paulo, declarações suas afirmando que não iria priorizar a educação especial durante sua gestão à frente do Ministério. E de esmaecida, aquela imagem se desfez por completo na última quinta-feira, 16, durante uma audiência, em seu gabinete, a qual classificamos de áspera, desconcertante, inconcebível em qualquer país que respeite os direitos dos seus cidadãos.

Este Senhor que está no comando de um dos mais importantes Ministérios - que deve se preocupar em garantir ensino público, gratuito e universal, um ensino de qualidade para alavancar um país miserável, mas de enorme potencialidade - mostrou-nos, na referida audiência, suas outras faces. De discriminador e autoritário. De interlocutor insensível e incom-

pleto. De administrador público pouco esclarecido e retrógrado.

Na audiência do último dia 16, este Senhor não só deixou de refutar as declarações dadas ao jornal O Estado de São Paulo, como, desavergonhado, disse que a educação de pessoas com deficiências não constitui qualquer prioridade. Para este Senhor, o atendimento dos sete milhões de deficientes, na faixa de zero a 20 anos, que necessitam de educação diferenciada é caso de assistência social. Disse que a oferta de educação para pessoas com deficiência é difícil por ser cara. Acrescentou que os recursos sendo repassados já constituíam um favor da sua parte, já que as pessoas com deficiências não tinham direito a eles. Ou seja, abertamente este Senhor está discriminando cidadãos brasileiros que têm direitos assegurados na Constituição e em outras leis específicas. E se discrimina crianças e jovens deficientes, acreditamos que, noutros momentos, também poderá discriminar crianças e jovens pobres, crianças e jovens de cor. Queremos crer que este Senhor não fala pelo Governo, pois seria uma situação paradoxal, já que estamos vendo na mídia um anúncio institucional do Governo Federal ressaltando que a educação especial é prioridade e no setor estão sendo aplicados 39 bilhões de cruzeiros.

Este Senhor que ocupa temporariamente a cadeira de Ministro da Educação também é dono, como descobrimos na mesma audiência, de uma personalidade retrógrada. Pretende, e afirma com todas as letras, que vai derrubar uma importante resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, assinada pelo seu Governo. Trata-se da Instrução nº 01/91, de março, a qual estabelece, entre outros pontos positivos, que Estados e Municípios devem aplicar 8% do orçamento do setor de educação em educação especial, sob pena de bloqueio nos repas-

ses de recursos do Ministério da Educação e órgãos afetos. Esta resolução é considerada um dos maiores avanços na área da educação especial, verdadeira "Carta de Alforria", pois obriga à definição de recursos orçamentários a um setor educacional que, via de regra e, infelizmente, ainda é encarado sob a ótica equivocada da piedade, do assistencialismo barato, e não como um direito do cidadão brasileiro que está privado, total ou parcialmente, de todas as suas potencialidades.

Caros Deputados, no dia 10 de setembro passado, ocupamos esta tribuna para ler uma correspondência encaminhada ao Ministro da Educação, solicitando retratação das declarações dadas ao Jornal O Estado de São Paulo. Hoje, no entanto, acreditamos que a retratação é desnecessária, é impossível, porque aquele é mesmo seu posicionamento. Seu posicionamento de homem público não sintonizado com os rumos do Governo que o emprega, não sintonizado com o seu tempo, não sintonizado com uma nação que clama por justiça, por igualdade.

Caros Deputados, com relação a esta situação, pedimos também a manifestação de todos, e em especial dos colegas que se mostram sensíveis à causa dos deficientes. Pedimos a manifestação da Imprensa, das entidades que representam os segmentos organizados da sociedade, dos movimentos religiosos, de tantos quantos possam somar suas vozes às dos excepcionais que são atendidos pelas APAEs e milhares de outras entidades que lutam pela realização efetiva dos direitos do cidadão deficiente a uma educação integral. As APAEs, presentes em mais de mil municípios brasileiros, consideram uma lástima que este senhor autoritário, retrógrado e discriminador esteja dirigindo o Ministério da Educação. E acreditam que a sociedade brasileira também.

Obrigado.